



IGFCSS INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITALIZAÇÃO  
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP

Instituto de Gestão de Fundos 

RELATÓRIO E CONTAS 2017



**IGFCSS INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS  
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP**

**RELATÓRIO E CONTAS 2017**



SEGURANÇA SOCIAL

**Instituto de Gestão de Fundos** 

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto  
Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: [igfcss@seg-social.pt](mailto:igfcss@seg-social.pt)



INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, I.P.

**NOTA DO CONSELHO DIRETIVO 4**

NÚMEROS CHAVE 5

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, IP 9

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM 2017 12

CONTAS DO EXERCÍCIO 20

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 23

BALANÇO SOCIAL 32

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 34**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 40

## Nota do Conselho Diretivo

O ano de 2017 foi caracterizado pela redução em algumas das restrições à atividade do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização existentes em anos anteriores. Em resultado do início de funções, no final de 2016, de 5 novos colaboradores, o ano de 2017 foi o primeiro em que se sentiu integralmente esse efeito nomeadamente no apoio à administração quer do Regime Público de Capitalização quer do Fundo de Compensação do Trabalho.

Permanecem, contudo, estrangulamentos de recursos humanos, em particular nos Departamentos de Investimento e de Estudos Planeamento e Controlo, áreas centrais no que respeita a uma eficiente gestão e controlo dos fundos, cuja ultrapassagem só será possível com a contratação fora do perímetro da administração pública.

Acresce ainda, que se mantiveram as condicionantes de gestão de recursos humanos, fruto do efeito conjunto das carreiras do Instituto ainda não terem sido revistas, do prosseguimento das ações judiciais na sequência dos cortes salariais para implementação das recomendações do Tribunal de Contas e das regras, semelhantes às de anos anteriores, impostas pela lei do orçamento de Estado para 2017.

Apesar destas limitações foi possível, graças ao empenho, zelo e profissionalismo dos trabalhadores e dirigentes do Instituto obter elevadas rentabilidades para os fundos sob gestão. A rentabilidade do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) ascendeu a 8,2%, tendo a carteira gerida contra *benchmark* tido uma rentabilidade de 6,52% valor que colocaria esta subcarteira no top 15% quando comparada com o desempenho dos Fundos de Poupança Reforma e Fundos de Pensões Abertos, reportado pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP). O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) com uma rentabilidade de 3,43% estaria no top 30% da mesma lista. Quando comparadas com as respetivas carteiras de referência, verifica-se um excedente de 1,04 pontos percentuais na carteira do FEFSS sem dívida pública portuguesa, e um excedente de 4,50 pontos percentuais no caso do FCR.

A rentabilidade do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) foi praticamente nula, mas superior à carteira de referência, constituída por dívida pública alemã com maturidade até 10 anos e EONIA, que teve taxas negativas durante 2017. O desempenho do FCT pode ainda ser avaliado por comparação com o desempenho dos Fundos de Curto Prazo, a categoria mais próxima, reportado pela APFIPP. Dos 8 fundos reportados, 7 tiveram rentabilidade inferior à do FCT.

Por último, o Conselho Diretivo agradece todo o apoio recebido do Fiscal Único e do Conselho Consultivo do Instituto.

Porto, 19 de abril de 2018.

# Números Chave

## Instituto

Os custos totais de funcionamento do IGFCSS, IP atingiram o valor de 2 281 914,68€<sup>1</sup>, o que representa um ligeiro aumento (1,5%) face ao verificado em 2016. Esse aumento reflete o fim dos cortes salariais que ainda vigoraram parcialmente durante aquele ano e que cessaram em 2017.

Mantém-se reduzido e inalterado face ao verificado em 2016 o rácio entre os custos de funcionamento, cuja estrutura se apresenta na Tabela 1, e o montante médio gerido, e que se traduz em 0,015%

No final do ano o Instituto geria 15 984 048 344,52€<sup>2</sup>, referentes a três Fundos e tinha ao seu serviço 31 colaboradores, incluindo membros do Conselho Diretivo.

**TABELA 1** | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Custos e Perdas</b>		
Fornecimentos e Serviços Externos	689 909,03	690 495,45
Custos com Pessoal	1 518 461,31	1 462 517,84
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	18 882,64	16 792,90
Provisões do Exercício	27 728,35	24 475,32
Custos e Perdas Financeiros	2 658,11	1 098,49
Custos e Perdas Extraordinários	24 275,24	47 252,99
	<b>2 281 914,68</b>	<b>2 242 632,99</b>
Transferências Concedidas	305 209,08	997 400,40
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Prestações de Serviços	197 532,65	287 910,51
Transferências Correntes do OSS via FEFSS	2 252 956,90	2 882 424,33
Proveitos e Ganhos Financeiros	2 020,31	4 763,00
Proveitos e Ganhos Extraordinários	134 613,90	64 935,55
	<b>2 281 914,68</b>	<b>2 242 632,99</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)

Na tabela 2 apresentam-se os principais números relativos ao valor e gestão do FEFSS nos últimos anos.

Durante o ano 2017, manteve-se uma gestão autónoma da carteira de dívida pública portuguesa, decisão tomada em 2011 e que se tem mantido durante a vigência da Portaria n.º 216-A/2013, de 2 de julho. A restante parte da carteira (excluindo imobiliário e reserva estra-

<sup>1</sup> Excluído o montante da transferência corrente pela devolução de saldos, de 305 209,80€.

<sup>2</sup> Dos quais 15 768 135 507,63€ da carteira do FEFSS, 43 269 607,68€ da carteira do FCR e 172 643 229,21€ da carteira do FCT.

tégica) é gerida tendo por referência a maximização do respetivo índice de *Sharpe*, isto é, da relação risco/retorno. Periodicamente são efetuados rebalanceamentos a esta carteira e tomadas decisões de desvios táticos: desvios temporários aos rebalanceamentos periódicos que originaram, em 2017, um *excess return* de -0,17%.

No final do ano 2017, o valor do FEFSS equivalia a 133,60% do montante de gastos anuais com pensões<sup>3</sup>. O valor do FEFSS em proporção do Produto Interno Bruto Português atingiu os 8,2%<sup>4</sup>.

A gestão dos ativos permitiu, desde a constituição do FEFSS e até 31.12.2017, acrescentar ao valor resultante de transferências acumuladas, o montante de 7 736 milhões euros. Este valor acrescentado corresponde a uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 4,92% desde o início.

**TABELA 2** | VALOR E GESTÃO DO FEFSS

	Resultados	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Valor do FEFSS	Gasto Anual com Pensões	133,60%	120,70%	119,91%	114,80%	108,08%	101,11%
	Proporção do PIB	8,2%	7,70%	7,93%	7,74%	7,05%	6,62%
	Transferências Recebidas (€)	260 013 922,96	227 482 296,31	115 595 610,16	79 626 281,68	3 433 812,79	2 769 951,00
	Transferências Recebidas Acumuladas (€)	8 031 747 794,57	7 771 733 871,61	7 544 251 575,30	7 428 655 965,14	7 349 029 683,46	7 345 595 870,67
	Valor Acrescentado desde Início (€)	7 736 387 713,06	6 474 457 837,59	6 555 402 747,99	6 075 298 220,60	4 349 973 886,96	3 598 598 803,70
	Rentabilidade Nominal Desde a Constituição	4,92%	4,65%	5,05%	5,17%	4,38%	4,14%
Gestão do FEFSS	Retorno Nominal Médio Anual no Último Triénio	3,90%	5,67%	8,28%	14,76%	5,62%	3,38%
	Variação Anual face ao Benchmark da Tutela ( <i>funding ratio</i> ) <sup>a)</sup>	0,99%	-2,83%	1,62%	0,24%	-1,83%	-1,33%
	Excess Return Anual face a Benchmark Interno	-0,17%	-0,25%	0,18%	0,21%	0,16%	-0,44%
	Rentabilidade Líquida	8,86%	-0,57%	3,56%	14,74%	6,86%	23,32%
	Volatilidade Anualizada	2,29%	4,81%	5,24%	3,73%	4,43%	7,56%
	Montante Médio sob Gestão (MMG) (€)	14 599 958 550,05	13 930 223 264,21	13 919 292 060,66	12 525 998 930,29	11 292 699 865,31	9 503 432 345,55
	Custos de Gestão, Transação e Custódia / MMG	0,02%	0,02%	0,03%	0,03%	0,04%	0,04%

a) A implementação da política de gestão estratégica com o objetivo *funding ratio* foi iniciada em 24.07.2009 face ao EFFAS Portugal. Desde janeiro de 2012 faz-se contra o Benchmark aprovado pelo Ministro da Tutela em dezembro de 2011.

## Regime Público de Capitalização / Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)

Em 31.12.2017 o regime contava com 7 619 aderentes, mais 12 do que em 31.12.2016, o que representa um acréscimo de cerca de 0,15%.

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) destina-se à concretização dos objetivos do Regime Público de Capitalização e contém duas carteiras autónomas, destinadas, respetivamente, à fase de acumulação (FCR-A) e à fase de utilização (FCR-U).

A carteira da fase acumulação destina-se à maximização do valor capitalizado das contribuições dos aderentes. A carteira da fase de utilização só será constituída caso o IGFCS, IP

<sup>3</sup> Dados fornecidos pelo ISS-CNP em Mar-17 referentes ao período: Jan-16 a Dez-16

<sup>4</sup> Dados divulgados pelo INE referentes ao ano de 2017 (Base 2011) - preços correntes



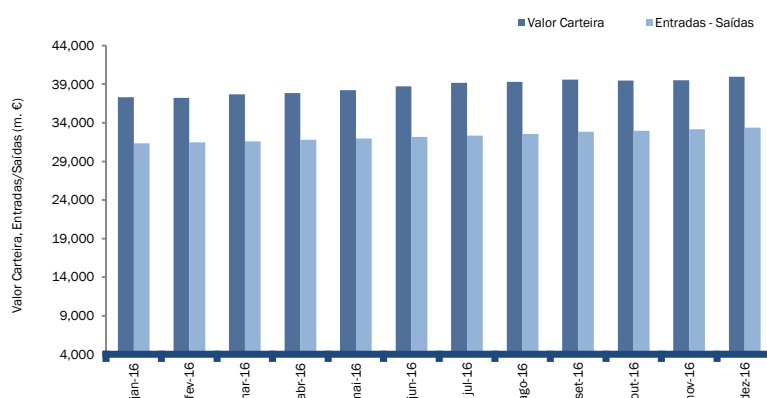
venha, mais tarde, a internalizar a gestão de planos de rendas vitalícias, o que só sucederá se as condições dos planos de rendas vitalícias disponíveis em cada momento nos mercados financeiros forem consideradas desfavoráveis para os beneficiários do Regime Público de Capitalização.

Em 31 de dezembro de 2017 existiam 30 603 976,58863 unidades de participação, distribuídas pelos diversos subscritores de acordo com a sua participação mensal, com um valor unitário de 1,41386€.

O valor médio dos CR em 2017 foi de 1,38976€. **O aderente que manteve um montante constante de entregas durante os últimos 12 meses, isto é, entre janeiro e dezembro de 2017, obteve uma valorização do seu património de +3,48%.** Aquele aderente que tenha mantido um montante mensal constante de entregas desde o início do Regime Público de Capitalização (RPC), isto é, desde abril de 2008, acumulava, em 31.12.2017, uma valorização média anual de +3,42%. O valor médio dos CR desde o início foi de 1,20816€. As referidas taxas de valorização contrastam com a medida de rentabilidade habitualmente difundida, que compara o valor unitário do certificado de reforma no final do ano com o do início do ano, a qual se cifrou em +3,43%. Esta medida não reflete, porém, o mecanismo de aquisição de certificados de reforma que caracteriza o RPC, que é o de contribuições mensais constantes

A carteira do FCR-A ascendia, em 31.12.2017, a 43 269 607,68€.

**GRÁFICO 1** | EVOLUÇÃO DO MONTANTE DA CARTEIRA DO FCR-A

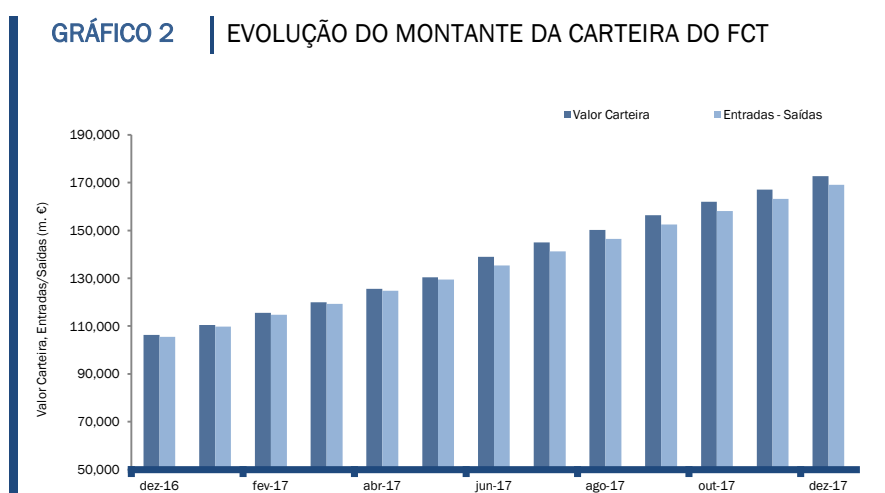


O FCR-A foi criado em abril de 2008 com um montante inicial de subscrições de 328 891,63 euros. A média mensal de subscrições líquidas durante o ano 2017 ascendeu a 159 558,35 euros, cifrando-se num total de 1 914 700,17 euros neste ano. Este valor adicionado às subscrições líquidas dos anos anteriores totaliza o valor de 35 278 359,81 euros desde a criação do Fundo.

## Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. Estão abrangidas pelo regime jurídico do FCT as relações de trabalho de duração superior a 60 dias reguladas pelo Código do Trabalho que se iniciaram após o dia 1 de outubro de 2013.

As adesões ao FCT iniciaram-se a 14 de outubro de 2013 e o fundo tem vindo a registar um crescimento muito significativo.



Deste modo, em 31 de dezembro de 2017, o valor do fundo ascendia a 172 643 229,21€, crescendo mais de 62% face ao valor de 2016 (106 286 936,61€), reflexo de um crescimento acentuado do número de contratos de trabalho abrangidos (1 447 074 em 2017, contra os 1 141 810 de 2016, um crescimento próximo dos 30%) e de um aumento de cerca de 6% no valor médio pago, por contrato, por mês (5,51€ face aos 5,19€ verificado em 2016<sup>5</sup>).

O valor das unidades de participação do FCT era, em 31.12.2017, de 1,05195€, contrastando com os 1,02971€ de 2016, correspondendo a uma valorização média anual de 1,61%.

Desde a criação do fundo, a valorização média das unidades de participação é de 1,29%.

<sup>5</sup> Valores médios determinados pelo quociente entre os valores a pagar pelos empregadores (95 716 798€ referentes a 2017 e 71 088 270 a 2016) e o nº de contratos registados, líquidos de contratos cessados, em cada ano (1 447 074 em 2017 e 1 141 810 em 2016).

# Instituto de Gestão de Fundos, IP

## Enquadramento Legal

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) é um instituto público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto, tutelado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O IGFCSS,IP tem como atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização, no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciários, a administração do Regime Público de Capitalização e a gestão em regime de capitalização dos fundos que lhe estão subjacentes e, nos termos do disposto na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, a administração e a gestão do Fundo de Compensação do Trabalho.

Complementarmente, o Instituto pode prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou de apoio técnico decorrentes da sua experiência de atividade e da informação económico-financeira de que dispõe.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto, o património do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) é distinto do Património do IGFCSS, IP, embora aquele esteja integrado neste (n.ºs 3 e 4 do art.º 1º do Decreto-Lei 203/2012). Por conseguinte são elaborados conta e orçamento específicos para o IGFCSS,IP e para o FEFSS.

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) é um património autónomo destinado à concretização dos objetivos do regime público de capitalização e, como tal, único responsável pelo cumprimento das obrigações dele decorrentes, de acordo com o n.º 2, art.º 1 do Regulamento de Gestão do FCR aprovado pela Portaria 212/2008, de 29 de fevereiro (ver relatório e contas do FCR).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e destina-se a assegurar o direito do trabalhador ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho (n.ºs 1 e 2 do art.º 3.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto).

## Missão, Visão e Valores

### Visão

Ser um organismo de elevado valor instrumental para o Estado.

## Missão

O Instituto tem como missão maximizar o valor dos ativos sob gestão, de acordo com as necessidades de longo prazo dos clientes.

## Valores

O IGFCSS, IP pauta-se, na prossecução dos seus objetivos, por um conjunto de valores basilares de que os colaboradores do Instituto prestam provas diárias:

- ✓ **Responsabilidade pública:** “somos um instrumento do Estado”.
- ✓ **Eficiência:** “medir, gerir, criar valor”. Solução de investimento mais eficiente.
- ✓ **Resultados:** “fazer acontecer”.
- ✓ **Gestão do risco:** “É nisto que somos especiais!” Preservando a continuidade de negócio, gerimos o risco de mercado a partir de uma opinião própria que integra os horizontes de curto, médio e longo prazo.
- ✓ **Igualdade Género:** “Prosseguimos em todos os atos a igualdade entre mulheres e homens, bem como a conciliação entre a vida profissional, a vida familiar e pessoal”.

## Órgãos Sociais

**Conselho Diretivo**, cujo mandato se iniciou a 01.01.2014<sup>6</sup>

- ✓ Prof. Doutor Manuel Pedro da Cruz Baganha, *Presidente*
- ✓ Prof. Doutor Paulo Manuel de Moraes Francisco, *Vice-Presidente*
- ✓ Dra. Teresa Maria Silva Fernandes, *Vogal*<sup>7</sup>

**Conselho Consultivo**<sup>8</sup>

- ✓ *Presidente:* Prof. Doutor Fernando Lopes Ribeiro Mendes
- ✓ Prof. Doutora Nazaré Saldanha Póvoas da Costa Cabral
- ✓ Dr. Rui Filipe de Moura Gomes, em representação do IGFCSS, IP
- ✓ Dra. Maria Eduarda Vicente, em representação do IGCP, EPE
- ✓ Dr. Tiago Cunha, em representação da CGTP-IN
- ✓ Sr. Sérgio Alexandrino Monteiro do Monte, em representação da UGT
- ✓ Dra. Cristina Isabel Jubert de Nagy Moraes, em representação da CAP
- ✓ Dra. Ana Vieira, em representação da CCP

<sup>6</sup> Designados, respetivamente pelos Despachos do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social n.º 16712/2013, de 16/12; 16716/2013, de 16/12 e 16933-B/2013, de 20/12, publicados na 2.ª série do DR em 24/12 e 30/12.

<sup>7</sup> A Dra. Teresa Fernandes foi nomeada para o exercício do cargo de presidente do conselho diretivo do IGFCSS, IP, em regime de substituição, tendo iniciado funções naquele organismo em 26.02.2018.

<sup>8</sup> Designado por Despacho do Ministro da Solidariedade e Segurança Social n.º 7147/2017, de 09/08, publicado na 2.ª série do DR em 16.08.2013.

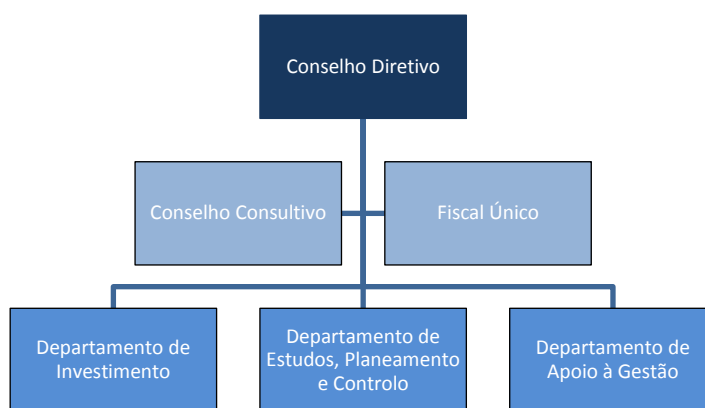
- ✓ Dr. Rafael Campos Pereira, em representação da CIP
- ✓ Dr. Nuno Bernardo, em representação da CTP

#### Fiscal Único<sup>9</sup>

- ✓ Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados , SROC, Lda

## Organograma

IMAGEM 1 | ORGANOGRAMA DO IGFCSS,IP



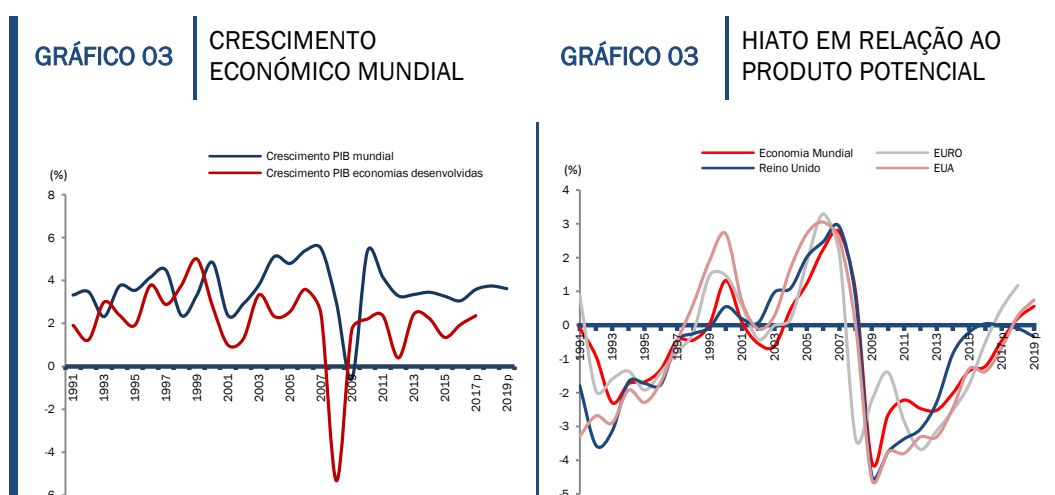
<sup>9</sup> Designado por Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 3378/2013, de 28 de janeiro, publicado na 2.ª série do DR em 4 de março.

# Enquadramento da Atividade em 2017

## Ambiente Macroeconómico

A economia mundial registou durante o ano transato uma aceleração da recuperação cíclica em curso desde meados de 2016, evidenciando o ritmo de crescimento mais intenso dos últimos sete anos, num processo que se foi mostrando cada vez mais sincronizado entre as várias economias. Este esperado movimento global de recuperação económica para níveis mais expressivos, suportado por um ambiente monetário amplamente expansionista, assenta em grande medida num incremento do comércio internacional e tem resultado numa importante criação de emprego assim como no regresso de algum investimento. A inflação manteve-se branda na maior parte das economias, existindo a expectativa de um aumento progressivo e moderado dos preços, à medida que a pressão nos recursos produtivos vá sofrendo uma intensificação.

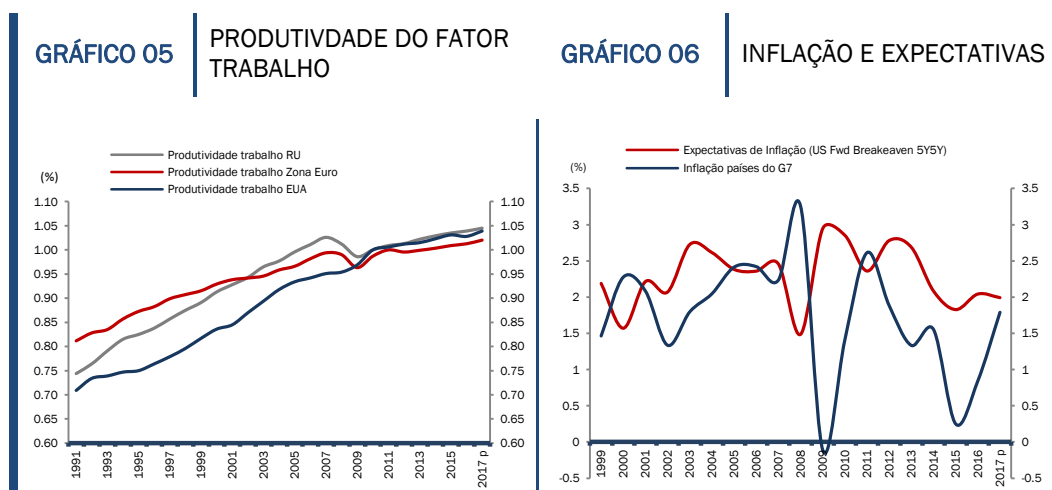
A expansão económica global deve ultrapassar um ritmo de crescimento de 3,6% em 2017, o mais intenso desde 2011, um progresso que se regista tanto nas economias avançadas como nas emergentes, observando-se ainda a persistência de níveis de confiança fortes no final do ano, sugerindo melhorias adicionais, não obstante os dados mais avançados não terem, em muitos casos, tido reflexo de idêntica intensidade na atividade económica.



Nas economias avançadas destaca-se o ambiente monetário amplamente expansionista na Zona Euro, que, a par com uma política fiscal levemente estimulativa, suportou durante o ano uma expansão económica expressivamente mais intensa do que se antecipava. No que concerne às economias emergentes distingue-se a situação da China, cujo intenso investimento em infraestruturas em 2016 e 2017 se constituiu como o motor do crescimento dos restantes países em desenvolvimento, especialmente na Ásia, ao fomentar a procura externa, estimulando assim o crescimento de várias economias exportadoras de matérias-primas.

Em meados de 2016 o comércio internacional iniciou uma intensificação, que teve continuidade durante todo o ano de 2017, relacionada com o fortalecimento da recuperação na Europa, com um reforço importante do comércio na Ásia, especialmente de equipamentos eletrônicos, e ainda com uma maior procura de bens de investimento tipicamente objeto de importação. Os preços de matérias-primas mostraram um fortalecimento decorrente, por um lado, do aumento de procura e dos riscos geopolíticos e, por outro, de estrangimentos de oferta resultantes do acordo entre países da OPEP e outros países não OPEP (restrições de produção que vigorarão até Março de 2018).

Não obstante o desejável fortalecimento da economia, este parece circunscrito a uma dinâmica de curto prazo não se encontrando reunidas as condições para assegurar uma capacidade de crescimento potencial mais elevada. Efetivamente, as previsões para os períodos subsequentes antecipam uma expansão igualmente vigorosa durante o ano 2018, que deverá posteriormente reverter para os valores de crescimento potencial estimados já no período pós-crise. Na verdade, uma recuperação anormalmente branda e moderada, contida pelos efeitos de um endividamento excessivo, deixou marcas gravadas num nível de investimento ainda inferior ao observado antes da crise, resultando em desenvolvimentos brandos de produtividade e de salários. Antecipa-se da mesma forma a continuação do aumento dos *stocks* de capital, que não se estima serem ainda suficientes para suprir a erosão sofrida nos últimos anos, contendo-se desta forma uma progressão mais significativa de ganhos de produtividade.



No que respeita a evolução de preços, observou-se a partir de meados do ano um alívio das medidas de inflação resultante de uma moderação do custo da energia. A inflação subjacente continuou a evidenciar uma evolução ténue que não reflete o forte momento cíclico da economia e a continuada absorção da capacidade excedentária. Esta ausência de correspondência tem colocado um dilema aos bancos centrais, dificultando as previsões relativas à evolução da inflação gerada domesticamente. Por outro lado, a competição internacional, associada ao progresso tecnológico, tem contribuído para conter a evolução do preço de várias categorias de bens, produzindo um efeito especialmente apreciável no caso das tele-

comunicações observando-se assim uma confluência de fatores que contêm aumentos de preços, decorrentes por um lado de tendências de longo prazo e, por outro, de questões de natureza idiossincrática.

O mercado de trabalho mostrou progressos significativos, evidenciando níveis de emprego e de participação superiores aos observados antes da crise, suportado por reformas que estimulam a participação, aliviam as barreiras à entrada no mercado de emprego e penalizam as aposentações antecipadas. O crescimento de salários mostra-se brando na maior parte das economias, provavelmente devido aos fracos ganhos de produtividade assim como a uma reduzida inflação.

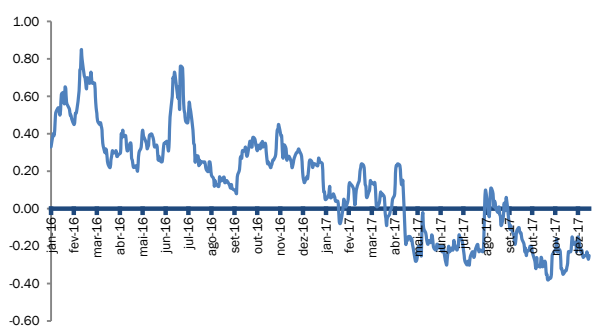
Nas economias avançadas, o reforço e o alargamento da recuperação, associados aos riscos crescentes para a estabilidade financeira resultaram na necessidade de uma maior normalização da política monetária, com graus de resposta diferenciados consoante a realidade de cada economia. Tal processo de normalização tem vindo a ser calibrado em função da evolução da inflação, assim como das expectativas de evolução desta, da necessidade de manter ainda, em alguns casos, suporte à economia e, finalmente, tendo em conta a resposta esperada dos mercados financeiros, razão pela qual se espera que o percurso de normalização se mostre extremamente gradual após um período anormalmente prolongado de uma expansão monetária inédita.

O contexto económico apresenta-se complexo, com um crescimento de curto prazo superior ao potencial, que resulta numa compressão de capacidade, mas não suficiente para gerar pressões inflacionistas, mantendo-se ainda em alguns casos, como no Reino Unido, riscos políticos significativos decorrentes do processo de Brexit assim como do ambiente político doméstico. Os desenvolvimentos mostram-se demorados, tendo sido definida a data da saída oficial, em 29 de Março de 2019, assim como um período de transição posterior para implementação das decisões adotadas que poderá estender-se até ao final de 2020, encontrando-se contudo ainda por estabelecer um acordo de comércio entre os dois blocos económicos.

Em termos políticos, os desenvolvimentos ao longo do ano seguiram um processo de apaziguamento dos riscos inicialmente projetados. As várias eleições na Europa conduziram a resultados relativamente amigáveis do ponto de vista do projeto comum europeu, como foi o caso da Holanda e, sobretudo, da França. Na Alemanha, a coligação entre a CDU e o SPD deve contribuir para a manutenção de uma perceção favorável dos investidores sobre a evolução da atividade económica futura. Também as preocupações em relação à independência da Catalunha parecem definir uma maior pacificação, esperando-se um cenário de conversações e não de posições radicais. O principal risco político que persiste reside nas eleições antecipadas em Itália, marcadas para o início de Março de 2018.



GRÁFICO 7 | ÍNDICE DE RISCO POLÍTICO



Fonte: Barclays

O contexto financeiro mostra-se igualmente desafiador, tendo em conta o avolumar dos riscos financeiros após anos de taxas de juro extremamente reduzidas que encorajaram uma maior tomada de risco, alimentando ainda a subida de preço de vários ativos, financeiros e imobiliários.

O ano de 2017 encerra assim de forma mais positiva do que se antecipava, lançando para 2018 as bases para a continuação da recuperação cíclica em curso. Esta deve continuar, nas economias avançadas, a ser favorecida pela continuação dos progressos do mercado de trabalho, por políticas monetárias que mantêm ainda um cariz expansionista face à atual fase do ciclo e ainda por condições financeiras facilitadoras do crescimento. O momento de ciclo favorável será ainda alavancado por algum estímulo fiscal, sendo o mais importante o proveniente dos EUA que aprovou no final do ano um plano de incentivo que inclui uma combinação de reforma fiscal, redução de impostos, de mais despesa pública, incluindo gastos com defesa e com a fronteira com o México, encontrando-se ainda planeada uma prorrogação dos estímulos fiscais ao investimento e incentivos à construção de infraestruturas. O impacto económico deste plano deverá consistir num impulso de crescimento que pode ascender a 0,3 p.p. por ano, implicando défices fiscais mais elevados.

Devem durante o ano 2018 persistir os riscos associados à incerteza dos desenvolvimentos de política comercial que, na eventualidade de assumirem uma natureza mais protecionista, resultariam numa deterioração da dinâmica do comércio internacional.

Para além de 2018, as expectativas são de uma moderação do crescimento na maioria das principais economias em virtude não só de um amadurecimento de ciclo mas também, previsivelmente, decorrentes da emergência de limitações de capacidade, prevendo-se que a recuperação do investimento em curso se mantenha mais branda do que o necessário para reforçar a capacidade de crescimento estrutural, limitando os ganhos de produtividade assim como o processo de inovação.

## Atividade Económica e Preços

A economia teve em 2017 um desempenho bastante robusto crescendo 2,7%, face a valores mais modestos de 0,9% e 1,6% em 2015 e 2016, respetivamente. Para se ter uma perceção do grau de surpresa que esta amplitude de crescimento representa, a expansão previsto pelo OE-17 apontava apenas para 1,6% e a média dos vários organismos internacionais rondava os 1,4%. Para além dos níveis alcançados, foi particularmente notável a sustentabilidade dos crescimentos em cadeia observados, dando sequência aos registos muito elevados do 3ºT e 4ºT de 2016. A economia soma 15 trimestres consecutivos de expansão, algo que já não sucedia desde o período de convergência nominal do país que permitiu a Portugal cumprir os critérios de entrada na moeda única (entre 1996 e 1999).

Olhando à desagregação na ótica da despesa verifica-se que, ao contrário do ano passado, este ano a principal componente que conduz o crescimento é a formação bruta de capital fixo. De facto, a recuperação de confiança dos agentes económicos internos e externos foi significativa, espelhado em aumentos de confiança e no clima de negócios, cujos níveis atingiram máximos desde 2002. O investimento público, em níveis absolutos muito depauperados, voltou a crescer a dois dígitos. A atividade de construção observa um crescimento bastante intenso acima de 7,0%, enquanto o crescimento em maquinaria e equipamentos ascendeu a 12,3%. A expansão total do investimento em formação bruta de capital fixo é de 9,2% (depois de 1,6% em 2016), sendo que os atuais níveis de investimento estão ainda abaixo dos que se registavam no 3ºT de 2011, antes da entrada da 'Troika'.

Apesar do protagonismo ter sido mais intenso ao nível do investimento, o consumo privado manteve um crescimento robusto não muito diferente do experimentado nos anos anteriores, ainda que a um ritmo inferior ao crescimento do produto. O crescimento do consumo privado foi de 2,3% (2,1% em 2016). Para além da política de reposição de rendimentos às famílias e reformados já notada, o consumo privado continua a ser conduzido por uma intensa redução da taxa de desemprego que, acompanhada de criação de emprego, aumenta os rendimentos nominais brutos da economia e propicia um forte aumento da confiança dos consumidores, com conseqüente maior propensão ao consumo.

A boa performance económica registada não contou com qualquer contribuição dos gastos públicos, com esta componente praticamente estagnada face ao ano anterior (-0,2%).

Ao nível da procura externa líquida, as exportações, já depois de anos consecutivos de crescimento intenso, observam uma expansão ainda mais robusta de 8,1%, o mesmo nível de crescimento que se veio a observar nas importações. As exportações portuguesas continuaram a beneficiar da dinâmica instalada nas principais economias de destino, sobretudo as economias espanhola e alemã. Depois de anos de alguma penalização ao nível das exportações para Angola e para o Brasil, ocorre igualmente alguma retoma no último ano que ajudou a criar um quadro ainda mais benéfico. Paralelamente as exportações têm sido especialmen-

te bafejadas pelo crescimento do turismo, com expressão especialmente visível nas principais cidades do país, para além dos circuitos mais tradicionais no sul do país.

As perspetivas para a economia portuguesa em 2018 apontam para alguma desaceleração, num movimento que é designado de consolidação e não de abrandamento súbito. A expansão projetada de 2.2%, a verificar-se, continuará acima do crescimento potencial da economia e permitirá reduções adicionais na folga existente ao nível do mercado de trabalho. As condições económicas manter-se-ão favoráveis, tanto ao nível fiscal como em termos monetários. Estima-se, contudo, um menor ritmo de crescimento ao nível do consumo privado, fruto de alguma moderação salarial e de um aumento ligeiro ao nível da taxa de poupança. Por outro lado, é previsível algum abrandamento natural na taxa de crescimento das exportações tomando como referência a performance recente e a possibilidade de apreciação adicional do euro, sendo que qualquer estimativa está muito dependente do crescimento do comércio internacional, em geral, e da Zona Euro, em particular.

Ao nível dos riscos para o próximo ano, os principais continuam a prender-se sobretudo com a evolução da situação externa. Merece a este respeito destaque a política monetária futura do BCE, na medida em que a cessação dos estímulos atuais (ainda que mais reduzidos do que nos últimos dois anos) em Setembro de 2018 possam implicar uma degradação da avaliação do risco da dívida portuguesa, com repercussões nos encargos com juros, bem como na dinâmica da economia, com particular incidência no investimento.

Outro risco percecionado decorre da envolvente financeira global que pode vir a degradar-se e regressar a um contexto de maior aversão ao risco, como a que se verificou já no início de 2018, trazendo potenciais impactos negativos nos custos de financiamento do Tesouro português, não esquecendo que as necessidades de financiamento públicas permanecem avultadas.

**TABELA 03** | PREVISÕES DE CRESCIMENTO DO PIB PARA PORTUGAL 2017/19

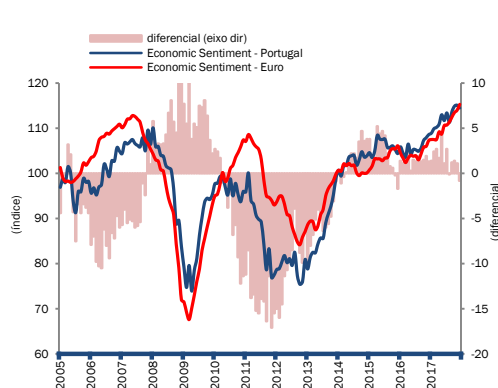
Componentes PIB (Óptica da Despesa)	Estrutura PIB 2017	Dados Anuais			Dados Trimestrais Homólogos				Contributos médios PIB 2017	Média 2002- 2016
		2015	2016	2017	2017Q1	2017Q2	2017Q3	2017Q4		
Consumo Privado	65,0 %	2,3	2,1	2,3	2,4	2,0	2,6	2,0	1,5 p,p,	0,5
Gastos Públicos	17,6%	1,3	0,6	-0,0	-0,2	-0,4	0,4	0,3	0,0 p,p	0,3
FBCF	16,3%	5,8	1,6	8,4	7,4	10,0	10,3	5,9	1,4 p,p,	-2,7
Exportações	43,1%	6,1	4,1	7,9	10,1	8,1	6,2	7,2	3,5 p,p,	4,1
Importações	-42,1%	8,5	4,1	8,0	9,1	7,4	8,4	6,9	-3,7 p,p,	2,4
<b>PIB Real</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,8</b>	<b>1,5</b>	<b>2,7</b>	<b>2,9</b>	<b>3,0</b>	<b>2,4</b>	<b>2,4</b>	<b>2,7</b>	<b>1,2</b>
Dif. Crescimento face à Zona Euro		-0,3	-0,3	0,2	0,8	0,6	-0,3	-0,3		-0,3

Fonte: Bloomberg, INE

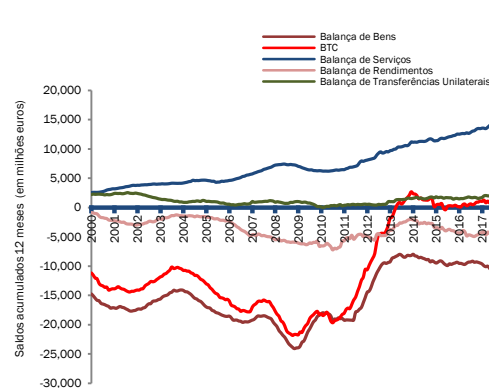
**TABELA 04** | PREVISÕES DE CRESCIMENTO DO PIB PARA PORTUGAL 2017/19

Organismos	2017	2018	2019
Min. Finanças - OE 2018	2,6%	2,2%	-
Banco de Portugal	2,6%	2,3%	1,9%
FMI	2,5%	2,0%	1,7%
OECD	2,6%	2,3%	2,3%
Comissão Europeia	2,7%	2,2%	1,9%
Mediana Bloomberg	2,6%	2,0%	1,9%
<b>Média</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,2%</b>	<b>1,9%</b>

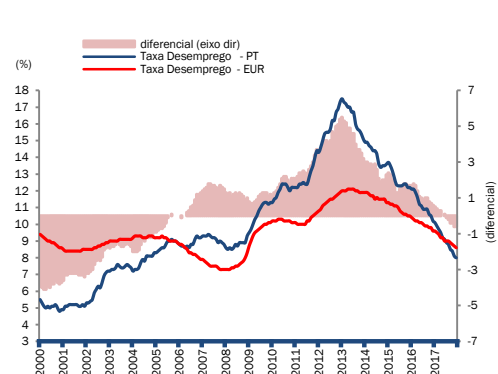
**GRÁFICO 08** | SENTIMENTO ECONÓMICO PORTUGAL VS ZONA EURO



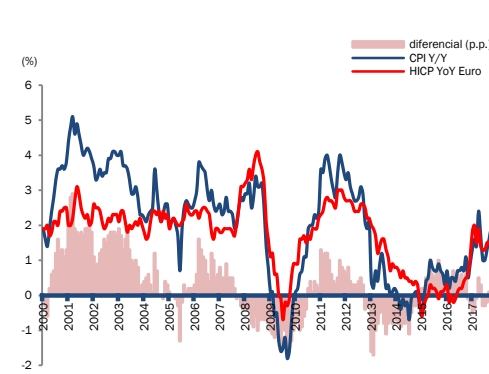
**GRÁFICO 09** | BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES DE PORTUGAL



**GRÁFICO 10** | TAXA DE DESEMPREGO



**GRÁFICO 11** | INFLAÇÃO HOMÓLOGA



Mantendo a tendência descendente iniciada em 2013, a taxa de desemprego assumiu em 2017 uma trajetória ainda mais forte de redução, recuando em termos médios de 11,2% em 2016 para 8,9% em 2017. Os valores registados no último mês do ano eram de 7,8%, sendo que pela primeira vez desde Fevereiro de 2006, a taxa de desemprego portuguesa posiciona-se abaixo da taxa de desemprego da média da Zona Euro. Teremos de recuar a 2004 para observarmos um nível tão baixo como este. Entre Dezembro de 2016 e Dezembro de 2017 saíram da situação de desemprego 110 mil pessoas, a que corresponde uma diminuição de 19,2%, o ritmo de contração mais elevado do presente ciclo de descidas. Quanto à criação de emprego, verifica-se uma intensificação da dinâmica, com a população empregada a crescer

cerca de 3,3% (+172 mil pessoas do que em 2016, totalizando 4,776 milhões indivíduos em 2017). Dado que o crescimento do emprego foi superior ao do produto, constata-se alguma perda de produtividade que se fica sobretudo a dever a uma forte criação de emprego em sectores de trabalho-intensivo (designadamente no turismo), esperando-se contudo alguma melhoria em 2018 a esse nível.

A inflação em Portugal acelerou em 2017, em linha com os desenvolvimentos para o conjunto da região. O valor médio, de 1,5%, compara com 0,6% em 2016 e 0,5% em 2015 e fica precisamente em linha com a inflação média da Zona Euro. A trajetória reproduz assim, com o natural efeito 'lag', a evolução favorável do crescimento económico, tendo também beneficiado a inflação 'core' fazendo-a avançar de um crescimento médio de 0,6% em 2016 para 1,0% em 2017. A aceleração foi sentida sobretudo nas componentes de energia, como decorrência de efeitos base positivos e do aumento médio dos preços dos combustíveis ao longo do ano, e em algumas componentes de serviços, designadamente nos sectores de 'catering' e turismo (de 2,1% para 4,9%), de cultura e lazer (de -0,8% para 0,6%) e de educação (de 0,7% para 1,0%). Já os preços de bens 'core' retêm globalmente uma trajetória descendente, refletindo a redução dos bens de conteúdo importado, com particular incidência no sector de vestuário e calçado (-2,0% para -2,3%), bebidas alcoólicas e tabaco (de 4,1% para 2,6%) e produtos para a casa (de 0,7% para -0,5%).

# Contas do Exercício

## Situação Patrimonial

Nos termos do DL 203/2012, de 28 de agosto (diploma que aprova a lei orgânica do IGFCSS, IP):

- ✓ *O IGFCSS dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento de Estado e pelo Orçamento da Segurança Social para funcionamento, em contrapartida pelo serviço de administração e gestão dos fundos sob sua gestão (nº 1 do artigo 11º);*
- ✓ *O saldo das receitas referidas nos números anteriores [abarcando a totalidade das receitas do IGFCSS] verificado no final de cada ano transita automaticamente para o FEFSS, independentemente de quaisquer formalidades (nº 3 de artigo 11º).*

Da leitura destas duas normas resulta claro, desde logo, que todos os custos de funcionamento do IGFCSS,IP são financiados por verbas do orçamento de estado (OE) ou do orçamento da segurança social (OSS). Com efeito, todas as despesas que resultam da sua atividade são previamente enquadradas e balizadas por um orçamento anual, sujeito à aprovação da tutela, sendo o valor correspondente transferido do FEFSS. Não faz por isso qualquer sentido considerar que a sua exploração possa ser deficitária.

Por outro lado, todo o dinheiro que receba para financiamento da sua atividade (proveniente do OE, do OSS ou de qualquer outra fonte de financiamento, designadamente das verbas que lhe são pagas pelo Fundo dos Certificados de Reforma e pelo Fundo de Compensação do Trabalho) que não seja gasto no exercício é integrado no FEFSS. Resulta desta norma que, se por um lado a exploração não é deficitária, por outro lado, ela também não é superavitária.

Neste contexto pode concluir-se que, em contínuo, a situação patrimonial é naturalmente neutra.

Como forma de assegurar uma imagem fiel e verdadeira da situação patrimonial do IGFCSS,IP, evitando que a perspetiva temporal aplicada aos conceitos ligados à ótica patrimonial (custos e proveitos) decorrente da aplicação do princípio da especialização de exercícios os distancie dos conceitos ligados à ótica orçamental (despesas e receitas) que norteia o financiamento do Instituto, gerando temporariamente resultados (positivos ou negativos) que desviam a situação patrimonial do Instituto da posição neutral que deve assumir, procede-se, naquelas situações, ao acréscimo ou diferimento de proveitos e custos por contrapartida dos valores a transferir pelo FEFSS.

O procedimento assenta no princípio contabilístico da continuidade, tem em conta as normas que regem o financiamento da atividade do Instituto acima apresentadas e aplica-se, sem

exceção, a situações que a prazo são neutras do ponto de vista dos resultados. Em consequência da aplicação deste procedimento, o resultado líquido do Instituto em 2017 é nulo.

## Conta de Exploração

Os custos de administração correspondentes ao funcionamento do Instituto têm estrutura semelhante à de uma sociedade gestora de fundos, concentrando-se especialmente nos custos com pessoal e nos fornecimentos e serviços externos.

**TABELA 5 | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Custos e Perdas</b>		
Fornecimentos e Serviços Externos	689 909,03	690 495,45
Custos com Pessoal	1 518 461,31	1 462 517,84
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	18 882,64	16 792,90
Provisões do Exercício	27 728,35	24 475,32
Custos e Perdas Financeiros	2 658,11	1 098,49
Custos e Perdas Extraordinários	24 275,24	47 252,99
	<b>2 281 914,68</b>	<b>2 242 632,99</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Transferências Concedidas	305 209,08	997 400,40
Prestações de Serviços	197 532,65	287 910,51
Transferências Correntes do OSS via FEFSS	2 252 956,90	2 882 424,33
Proveitos e Ganhos Financeiros	2 020,31	4 763,00
Proveitos e Ganhos Extraordinários	134 613,90	64 935,55
	<b>2 281 914,68</b>	<b>2 242 632,99</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os proveitos obtidos pelo IGFSS, IP em 2017 provieram, principalmente, de dotações atribuídas pelo orçamento da segurança social (OSS), através do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)<sup>10</sup>, da prestação do serviço de gestão do Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)<sup>11</sup> e do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)<sup>12</sup>. As dotações atribuídas pelo OSS correspondem à imputação ao FEFSS dos custos de funcionamento e despesas de investimento do IGFSS, IP incorridas por este no ano económico.

De acordo com o estipulado no art.º 91, da Lei n.º4/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Segurança Social), os saldos de gerência do IGFSS, IP são transferidos para o FEFSS.

Excluída a devolução dos saldos de gerência de 2016 (305 209,08€) os custos de funcionamento do Instituto (2 281 914,68€) corresponderam a 0,015% do montante médio de fundos sob gestão durante o ano (14 766 345 971,76€) e concentram-se nas rubricas de custos com pessoal (66,5%) e fornecimentos de bens e serviços (30%). Destes, a maioria (77%)

<sup>10</sup> Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto.

<sup>11</sup> Conforme o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto, em conjugação com o disposto na alínea e) do artigo 30.º do Decreto-Lei 26/2008, de 22 de fevereiro.

<sup>12</sup> Conforme o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do regulamento n.º 390-B/2013, de 14 de outubro.

correspondem aos encargos com as instalações (161 124€) e ao custo dos terminais de informação financeira Bloomberg (369 688€).

Esta situação é característica da atividade de gestão de investimentos de fundos, particularmente assente em meios humanos e informacionais.

## Remuneração dos Órgãos Sociais

Nos termos do disposto no artigo 10º do Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto 'Os membros do conselho diretivo são equiparados, para efeitos remuneratórios, a gestor público'. Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 da RCM n.º 34/2012, de 7 de março, o IGFCCS,IP é classificado no grupo A. Os vencimentos correspondentes ao grupo A encontram-se concretizados na RCM n.º 16/2012, de 9 de fevereiro.

No entanto, atento o princípio legalmente instituído que proíbe, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (cujos efeitos foram prolongados por força do disposto no decreto-lei de execução orçamental para 2017), qualquer valorização remuneratória, as remunerações que atualmente os membros do Conselho Diretivo auferem resultam do Despacho Conjunto n.º 199/2000, de 22 de fevereiro, com aplicação dos cortes remuneratórios entretanto aprovados, designadamente o resultante do disposto no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

No que respeita às remunerações do Conselho Consultivo, o n.º 4 do artigo 30º, da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, refere que os membros não são remunerados podendo ser abonadas ajudas de custo.

Relativamente à remuneração do Fiscal Único, esta encontra-se fixada no Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, de 28 de janeiro de 2013, em 17% do montante fixado para o vencimento base mensal ilíquido do respetivo presidente do órgão diretivo, após aplicação do corte previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. Tratando-se de uma prestação de serviços este montante é acrescido de IVA à taxa legal.



# Relatório de Autoavaliação

O presente capítulo visa corresponder ao previsto nos artigos 15º e 31º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro.

O QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilidade para o ano de 2017 incluía os seguintes objetivos operacionais

## EFICÁCIA

- ✓ OB 1 Criar Valor para a Segurança Social
- ✓ OB 2 Gestão prudente do FEFSS
- ✓ OB 3 Preservar valor dos fundos

## EFICIÊNCIA

- ✓ OB 4 Controlar custos de gestão do FEFSS
- ✓ OB 5 Otimização da estrutura
- ✓ OB 6 Tempos de resposta a Conselho de Gestão do FCT

## QUALIDADE

- ✓ OB 7 Cumprir a política de qualidade

**TABELA 6** | OBJETIVOS DO QUAR 2017 – RESULTADOS

Objetivos	Não Atingidos	Atingidos	Superados
Eficácia	1		2
Eficiência		1	2
Qualidade			1

O objetivo ‘*Criar valor para a Segurança Social*’ é medido através do *excess return* da carteira do FEFSS sujeita a *benchmark*; este indicador não foi atingido, uma vez que o retorno desta foi inferior em 0,12% ao da carteira resultante das decisões de rebalanceamento.

A carteira sujeita a *benchmark* tem como referência externa a carteira aprovada pelo Ministro da Tutela, então designado, Ministro da Solidariedade e Segurança Social, a qual, fixada em dezembro de 2011, admite um valor máximo para a volatilidade. Para assegurar uma ‘*Gestão prudente do FEFSS*’ foi definido como indicador o ‘*número de semanas com tracking error exponencial fora do limite*’ cuja meta era 7 com uma tolerância de 1. Em 2017 o *tracking error* exponencial esteve fora do limite 0 semanas, pelo que o objetivo foi superado.

O objetivo ‘*Preservar valor dos fundos*’ integrava dois indicadores, cada um com um peso de 50%, referentes ao número de semanas com *tracking error* exponencial do Fundo dos Certificados de Reforma e Fundo de Compensação do Trabalho fora do limite. Em ambos os casos

não houve qualquer semana com o *tracking error* fora do limite, pelo que objetivo foi superado.

Para o objetivo '*Controlar Custos de Gestão do FEFSS*' definiu-se como indicador a percentagem dos custos de transação nas operações de compra e venda de ações, cuja meta era 0,025% com tolerância de 0,0025%. Tendo o indicador atingido o valor de 0,010%, o objetivo foi superado. Saliente-se que o indicador ultrapassou mesmo o valor crítico.

Para atingir o objetivo '*Otimização da Estrutura*', as despesas de funcionamento *per capita* do IGFCSS,IP não poderiam crescer mais 2,5% relativamente ao valor de 2016. Como o crescimento foi de 1,75%, o objetivo foi atingido.

O objetivo '*Tempo de resposta a Conselho de Gestão do FCT*' incluía uma série de indicadores respeitantes a tarefas a desenvolver, no apoio ao Conselho, para os quais foram definidas metas. Como todas as metas foram atingidas o objetivo foi superado.

O IGFCSS,IP é gerido numa ótica de processos, que são avaliados por uma bateria de indicadores, uns referentes aos processos de negócio, outros aos de suporte, sendo definidas metas para cada indicador. O indicador dos processos de negócio atingiu o valor de 78,26%, valor que excede o limite superior do intervalo de tolerância (65%) pelo que se considera superado. O indicador de processos de suporte atingiu o valor de 88,24% contra uma meta de superação de 85% considerando-se, assim, que o objetivo foi superado. O efeito conjunto destes dois indicadores, com um peso de 50% cada, é a métrica para avaliação do objetivo '*Cumprir a Política de Qualidade*'. Considera-se este objetivo como superado atendendo a que ambos os indicadores ultrapassaram a meta de superação.

## Atividades previstas e não previstas e resultados alcançados

O plano de atividades do IGFCSS, IP para 2017 incluía os seguintes projetos:

### ATIVIDADES CORRENTES

- i. Alocação estratégica do FEFSS, FCR-A e FCT
- ii. Gestão tática da carteira do FEFSS
- iii. Administração do Regime Público de Capitalização
- iv. Administração do FCT

### ATIVIDADES ESPECÍFICAS

- v. Contratação de Recursos Humanos
- vi. Contratação de novos serviços de custódia
- vii. Integração da contabilidade no SIF
- viii. Realização de auditoria interna e preparação do processo de renovação do certificado do sistema de gestão de qualidade ISSO 9001

- ix. Procedimento concursal para aquisição de um sistema de gestão de ativos integrado
- x. Acompanhamento e análise do procedimento de participação do FEFSS no FNRE
- xi. Contribuir para a finalização das funcionalidades do FCT em falta
- xii. Desenvolvimento do processo tendente à aquisição de imóvel para a carteira do FEFSS e arrendamento ao ISS

#### **i. Alocação estratégica das carteiras do FEFSS, FCR-A e FCT**

Como mencionado nos relatórios de anos anteriores, em resultado da elevada volatilidade da dívida pública portuguesa, procedeu-se a alterações nas carteiras de referência estratégica dos fundos, das quais foi excluída a dívida pública portuguesa. No caso do FEFSS a carteira de referência foi aprovada pela Tutela em dezembro de 2011; para o FCR foi definida como carteira de referência o índice de dívida pública Alemã (1-10 anos) e para o FCT foi aprovada, pelo respetivo Conselho de Gestão, como carteira de referência um índice composto em 50% por dívida pública alemã e 50% pela taxa EONIA.

Mensalmente, a carteira de referência do FEFSS é avaliada através da maximização da rentabilidade por unidade de risco (índice de *Sharpe*) e o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, decide sobre o rebalanceamento da carteira originando um referencial interno sobre o qual decide desvios táticos. Em 2017 tomaram-se decisões de rebalanceamento em 13 de março, 17 de junho, 18 de setembro e 18 de dezembro, que são descritas no relatório do FEFSS.

Relativamente ao FCR, em cada trimestre o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, fixa, em função da expectativa de evolução da curva de rendimentos da Alemanha, o nível de indexação ao índice de dívida pública alemã (1-10 anos) e avalia a possibilidade de rebalanceamentos. Em 2017 não foram efetuados quaisquer rebalanceamentos.

No que diz respeito ao FCT, em cada trimestre o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, fixa, em função da expectativa de evolução da curva de rendimentos da Alemanha, o nível de indexação à carteira de referência. O Conselho de Gestão do FCT, em reunião de 19 de setembro de 2017, decidiu alterar a maturidade da dívida pública alemã que integra a carteira de referência, passando a considerar a maturidade até 10 anos, em vez de até 3 anos. Em 2017 não foram efetuados quaisquer rebalanceamentos.

#### **ii. Gestão tática da carteira do FEFSS**

A atividade corrente de gestão da carteira do FEFSS centra-se na definição de desvios táticos, usualmente na 1ª e 3ª semana de cada mês, à carteira de referência estratégica descrita em i. O resultado destes desvios é aferido pelo *excess return* que foi de -0,12%. Contudo, deve ser sublinhado, que do efeito conjunto de decisões de rebalanceamento e táticas resulta uma rentabilidade da carteira sujeita a *benchmark* superior em 1,04 pontos percentuais à carteira de referência aprovada pela tutela (6,52% contra 5,48%).

### iii. Administração do Regime Público de Capitalização (RPC)

O IGFCSS,IP é responsável pela coordenação dos diversos organismos do Sistema de Segurança Social (Direção-Geral da Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, Instituto da Segurança Social, IP e Instituto de Informática, IP) com vista ao normal funcionamento das relações do Sistema de Segurança Social com os aderentes ao RPC. Estas relações incluem os processos de atendimento, adesão, renovação, suspensão, cessão, reporte de informação, cobrança de descontos, regularização e revogação de pagamentos, gestão do Fundo, atribuição de complementos, negociação de rendas, pagamento e controlo.

### iv. Administração do Fundo de Compensação do Trabalho

O IGFCSS,IP é a entidade gestora do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei 70/2013, sendo responsável quer pela sua gestão quer por todo o trabalho de administração do fundo.

Durante o ano de 2017 continuou a implementação dos processos necessários à gestão administrativa do FCT, alguns dos quais à medida que o sistema informático de gestão dos fundos de compensação o permitia.

### v. Contratação de Recursos Humanos

Na sequência de procedimentos concursais, realizados em 2015 e 2016, o Instituto contratou cinco novos colaboradores que, contudo, não permitiam colmatar totalmente designadamente no DEPC e no DI pelo que se deu início no final de 2016 a novo procedimento concursal para a contratação de mais 4 técnicos superiores com vínculo à administração pública. Este processo decorreu durante 2017 tendo sido selecionado apenas um técnico, que viria a rescindir antes do termo do período experimental.

Na sequência das dificuldades sentidas com a contratação de técnicos com vínculo à administração pública, iniciou-se o processo com vista a obtenção de autorização do Ministro das Finanças para abrir procedimento concursal para a contratação de 6 técnicos superiores sem vínculo à administração pública.

### vi. Contratação de novos serviços de custódia

O procedimento concursal anteriormente aberto foi um concurso internacional por prévia qualificação o qual foi encerrado, em 2016, sem que nenhum dos dois candidatos que apresentaram proposta fosse qualificado, porquanto não cumpriam os requisitos mínimos exigidos nas peças do procedimento. Nesta sequência foram revistas as peças do procedimento com alteração dos requisitos mínimos na salvaguarda da qualidade dos serviços a adquirir e foi apresentada à tutela proposta de portaria de extensão de encargos por se tratar de encargos plurianuais de montante anual superior a 100.000 euros.

#### **vii. Integração da contabilidade no SIF**

O Tribunal de Contas vem recomendando a integração da contabilidade do Instituto, e dos fundos geridos, na aplicação SIF-SAP.

Após a separação, em 2011, das entidades IGCSS,IP e FEFSS iniciou-se o processo de parametrização da entidade Instituto. Contudo, a integração da contabilidade do Instituto no SIF significa a integração do FCR cujos registos contabilísticos, seguindo as regras da Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, são efetuadas em contas à ordem da entidade gestora.

Como mencionado em relatórios de anos anteriores este processo tem sido lento em resultado das dificuldades no desenvolvimento do interface entre o sistema de gestão de ativos TRADER e o SIF-SAP e da insuficiência de recursos humanos na área da contabilidade, problema que começou a ser ultrapassado em 2016.

A contabilidade do FCT, que tem que ser articulada com todo o sistema dos fundos de compensação, foi programada para ser efetuada na aplicação SIF de forma a garantir consistência nas operações com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP e com o Fundo de Garantia da Compensação do Trabalho.

Em 2017, foi decidido que esta integração deveria decorrer em sede dos sistemas a desenvolver no âmbito da implementação do SNC-AP.

#### **viii. Realização de auditoria interna e preparação do processo de renovação do certificado do sistema de gestão de qualidade**

As limitações, ainda não totalmente ultrapassadas, de recursos humanos impediram a formação de auditores internos necessários à implementação de um plano de auditorias.

#### **ix. Procedimento concursal para aquisição de um sistema de gestão de ativos integrado (front e back office e integração com a contabilidade).**

O sistema de gestão de ativos – TRADER – utilizado pelo IGCSS,IP na gestão dos três fundos não permite o cálculo de rentabilidades de todas as classes de ativos nem a desagregação do *excess return* por classes do *benchmark* interno. Nesse sentido, foi iniciado o processo de aquisição de um sistema integrado de gestão de ativos com o pedido de pareceres ao INA e AMA.

#### **x. Acompanhamento e análise do procedimento de participação do FEFSS no FNRE (Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado)**

O investimento no FNRE está dependente da sua criação que compete à Fundiestamo, futura entidade gestora deste fundo. Durante 2017 o IGCSS participou em reuniões com a Fundiestamo, a pedido desta, para análise da proposta de Regulamento do Gestão, tendo sido

apresentadas diversas sugestões de melhoria que foram, na generalidade, aceites. Espera-se que em 2018 o fundo venha a ser constituído.

#### xi. Contribuir para a finalização das funcionalidades do FCT em falta

Durante 2017, e apesar dos esforços do IGFCSS, não foi possível realizar melhorias significativas nas funcionalidades do sistema de apoio, e gestão, do FCT

#### xii. Desenvolvimento do processo tendente à aquisição de imóvel para a carteira do FEFSS e arrendamento ao ISS

Durante o ano de 2017 o imóvel foi avaliado e assinado o contrato promessa de compra e venda que prevê a celebração da escritura de aquisição nos primeiros meses de 2018. Prevê-se, ainda, que as obras de adaptação do edifício, e necessárias para a instalação dos serviços do ISS, sejam realizadas pela CGD Pensões nos termos previstos no contrato promessa.

O processo, contudo, tem tido atrasos fruto das necessidades de elaboração do plano de trabalhos a realizar para poder acomodar os serviços do ISS.

## Apreciação dos Utilizadores

Não foram realizados inquéritos de satisfação aos aderentes do regime público capitalização.

## Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
<b>1 - Ambiente de Controlo</b>				
<b>1.1</b> Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Manuais de procedimentos por processo
<b>1.2</b> É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
<b>1.3</b> Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Audidores internos com formação ISO 9001
<b>1.4</b> Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Aprovado Código de ética dos colaboradores
<b>1.5</b> Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
<b>1.6</b> Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Comités de Investimento, Estratégia e Qualidade
<b>1.7</b> O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Auditoria externa às contas do IGFCSS, I.P. do FEFSS, do FCR e do FCT realizada pela Grant Thornton
<b>2 - Estrutura Organizacional</b>				
<b>2.1</b> A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Portaria 640/2007, de 30 de maio, alterada pela Portaria 1329-D/2011, de 30 de dezembro
<b>2.2</b> Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
<b>2.3</b> Que percentagem de colaboradores frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Aplicação Intranet (registo de ações de formação)

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
<b>3 - Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados no Serviço</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Delegação de competências
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?		X		Dada a dimensão do Instituto, o volume de compras recorrentes é pequeno pelo que não se justifica a elaboração de um plano detalhado. As restantes aquisições, quer de bens quer de serviços, são definidas anualmente quando da elaboração do orçamento
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	Dado o carácter altamente especializado das funções não faz sentido rotação entre funções
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			No Manual de qualidade
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			No Manual de qualidade
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Comité da Qualidade
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Comité da Qualidade
<b>4 - Fiabilidade dos Sistemas de Informação</b>				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i> )?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?	X			Rede controlada pelo II,IP

## Ações ou projetos não executados, parcialmente executados ou com resultados insuficientes

No ponto, acima, sobre Atividades e Resultados Alcançados apresentam-se as justificações para os atrasos verificados em alguns dos projetos e enumeram-se outros intervenientes com contribuição relevante para a sua execução.

Em alguns dos projetos, apesar de a sua execução não ter correspondido a um calendário mais desejável, atingiram-se os resultados que seriam mais realisticamente expectáveis. Encontram-se nesta situação:

- A 'Integração da contabilidade no SIF' que passou a estar dependente da implementação do SNC-AP na Segurança Social;

- A 'Contratação de Novos Serviços de Custódia' que dependia de uma portaria de extensão de encargos;
- A 'Aquisição de Imóvel para arrendamento ao ISS' cujo processo implicava a elaboração de plano de obras de adaptação;
- O 'Investimento no FNRE' que dependia da elaboração de um regulamento de gestão e sua aprovação pela CMVM;
- A 'Contribuição para finalização das funcionalidades do FCT' que dependia das disponibilidades do Instituto de Informática.

O atraso no desenvolvimento do procedimento concursal para a seleção de novo sistema de gestão de ativos derivou de facto do departamento que é responsável pelo sistema – DEPC – ter focado mais recursos do que esperado no projeto de contratação de novos serviços de custódia. Acresce que os requisitos do novo sistema de gestão de ativos têm que ser articulados com as definições e necessidades, no novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas cuja implementação foi adiada.

A 'Contratação de Recursos Humanos' não teve sucesso por falta de candidatos com perfil adequado às funções o que, considerando que era o segundo concurso no prazo de 2 anos, nos permitiu concluir da necessidade de iniciar um concurso aberto a candidatos sem vínculo à administração pública.

O retomar do processo de auditorias internas, com o objetivo de renovação do certificado de qualidade ISSO 9001, foi prejudicado pelas dificuldades de formação de auditores internos. A realização que seria difícil esta formação enquanto os novos colaboradores se integravam na casa, esteve na base da decisão de adiamento destes processos.

## Comparação com o desempenho de serviços idênticos

O desempenho do IGFCSS, IP é aferido pela capacidade de acrescentar valor aos patrimónios que gere, para além da rentabilidade que o mercado em que pode investir proporciona.

Utilizando como referência a informação sobre Fundos Poupança Reforma e Fundos de Pensões Abertos, da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP), num conjunto de 63 fundos, o FCR encontra-se no top 30% em termos de rentabilidade.

A rentabilidade do FEFSS em 2017 foi muito condicionada pelo desempenho negativo da dívida pública portuguesa que tem um peso muito substancial na carteira. Contudo a parte do FEFSS gerida contra *benchmark* ficaria no top 15% no ranking mencionado acima.

No caso do FCT, a comparação deverá ser feita com os fundos de curto prazo. Das estatísticas da APFIPP constam 8 destes fundos tendo rentabilidade superior à do FCT apenas 1.



## **Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço**

O IGFCCS,IP realiza, anualmente, inquéritos aos trabalhadores para avaliar o grau de satisfação e motivação tendo vindo, nos últimos anos, a utilizar o modelo proposto pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Dada a falta de respostas em anos anteriores foi decidido não realizar o inquérito no corrente ano.

# Balanço Social

## Quadro de Colaboradores

Os bons resultados de uma organização, em particular das que desenvolvem atividades intangíveis como a prestação de serviços financeiros, dependem em grande medida da qualificação, talento e motivação dos seus colaboradores.

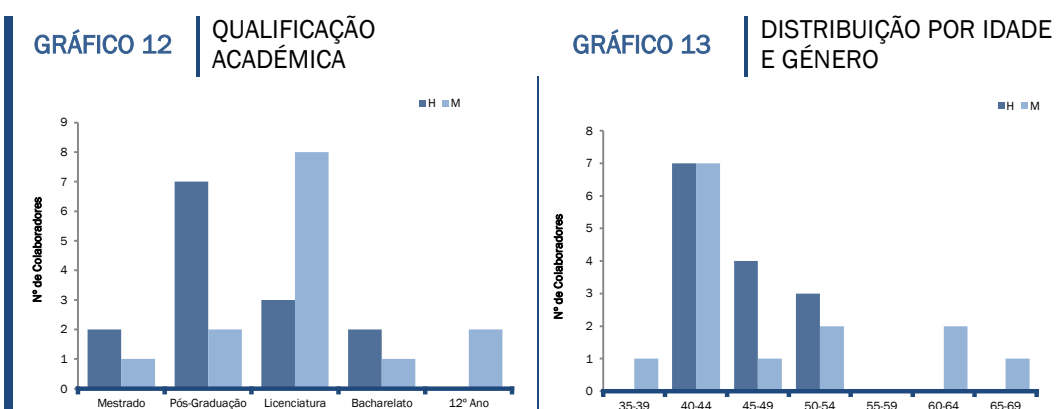
Em 31.12.2017, o IGCSS, IP tinha ao seu serviço um quadro de 28 colaboradores, assim distribuídos por departamentos e categorias profissionais.

**TABELA 7 | QUADRO DE COLABORADORES**

	DI	DEPC	DAG	STAFF	TOTAL
Direção	1	1	1	0	3
Técnica	4	6	9	2	21
Administrativa	1	0	2	1	4
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>28</b>

A especificidade e exigência técnica que decorre da atividade desenvolvida pelo IGCSS, IP reflete-se na qualificação académica de base dos seus colaboradores, complementada de forma contínua por formação especializada.

A estrutura etária dos colaboradores é adulta (idade média de 45 anos) sendo, em termos de género, 50% do género masculino e 50% do género feminino.



## Formação

A atividade de gestão de ativos é marcada pela constante evolução e complexidade dos produtos e mercados financeiros, pelos métodos de gestão e investimento, pelo que a aposta na formação contínua e especializada dos seus quadros é uma preocupação constante e fundamental do IGCSS, IP.

**TABELA 8** | AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS EM 2017

	<b>Dirigente</b>	<b>Técnico</b>	<b>Administrativo</b>	<b>Total</b>	<b>Nº Horas Médio Per Capita</b>
Horas em Ações Internas	0:00	0:00	0:00	<b>0:00</b>	0:00
Horas em Ações Externas	103:00	162:00	26:00	<b>291:00</b>	9:25
<b>Total de Horas</b>	<b>103:00</b>	<b>162:00</b>	<b>26:00</b>	<b>291:00</b>	<b>9:25</b>

# Instituto de Gestão de Fundos, IP

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS**

Código das Contas	ATIVO	Notas	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido 31-12-2017	Ativo Líquido 31-12-2016
	<b>Imobilizado:</b>					
	<b>Imobilizações Corpóreas:</b>					
423	Equipamento Básico	8.2.7	2 988,13	1 243,54	1 744,59	2 118,11
424	Equipamento de Transporte	8.2.7	75 593,16	75 593,16	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	8.2.7	1 768,74	110,55	1 658,19	0,00
426	Equipamento Administrativo	8.2.7	1 095 602,54	1 062 092,64	33 509,90	51 266,19
4291	Artigos e Objetos de Valor	8.2.7	19 248,75	0,00	19 248,75	19 248,75
4293	Outras Imobilizações Corpóreas	8.2.7	40 574,95	40 450,31	124,64	766,92
			1 235 776,27	1 179 490,20	56 286,07	73 399,97
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>					
24	Estado e outros entes públicos	8.2.39.1	2 622,24		2 622,24	2 622,24
26	Outros devedores	8.2.39.1	0,00		0,00	60 000,00
			2 622,24		2 622,24	62 622,24
	<b>Conta no Tesouro, Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:</b>					
12	Depósitos em instituições financeiras	8.2.39.2	801 444,26		801 444,26	1 267 210,52
11	Caixa	8.2.39.2	1 267,48		1 267,48	1 443,98
			802 711,74		802 711,74	1 268 654,50
	<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>					
271	Acréscimos de Proveitos	8.2.39.3	524 488,81		524 488,81	471 268,52
272	Custos Diferidos	8.2.39.3	25 203,76		25 203,76	26 189,77
			549 692,57		549 692,57	497 458,29
	<b>Total de Amortizações</b>			1 179 490,20		
	<b>Total de Provisões</b>					
	<b>Total do Ativo</b>		<b>2 590 802,82</b>	<b>1 179 490,20</b>	<b>1 411 312,62</b>	<b>1 902 135,00</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2017

**IGFCSS, IP** | BALANÇOS ANALÍTICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas	31-12-2017	31-12-2016
	<b>Fundos Próprios:</b>			
57	Reservas			
577	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	8.2.32	389 063,19	389 063,19
59	Resultados Transitados	8.2.32	(389 063,19)	(389 063,19)
88	Resultado Líquido do Exercício	8.2.32	0,00	0,00
			0,00	0,00
	<b>Passivo:</b>			
29	Provisões para Riscos e Encargos	8.2.31	246 277,47	218 549,12
			246 277,47	218 549,12
	<b>Dívidas a Terceiros – Curto Prazo:</b>			
221	Fornecedores, C/C	8.2.39.4	62,13	91,51
24	Estado e Outros Entes Públicos	8.2.39.4	21 696,43	22 181,23
26	Outros Credores	8.2.39.4	781 015,33	1 246 473,29
			802 773,89	1 268 746,03
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
273	Acréscimos de Custos	8.2.39.5	280 771,45	315 250,13
274	Proveitos Diferidos	8.2.39.5	81 489,81	99 589,72
			362 261,26	414 839,85
	<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>		<b>1 411 312,62</b>	<b>1 902 135,00</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	Notas	31-12-2017		31-12-2016	
62	Fornecimentos e serviços externos			689 909,03		690 495,45
641 + 642	<b>Custos com o pessoal</b>	8.1.5	1 229 437,57		1 185 758,16	
	Remunerações					
	Encargos sociais:					
645/8	Outros	8.1.5	289 023,74	1 518 461,31	276 759,68	1 462 517,84
63	<b>Transferências correntes concedidas e prestações sociais</b>	8.2.2 e 8.2.39.2	305 209,08	305 209,08	997 400,40	997 400,40
66	<b>Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo</b>	8.2.7 e 8.2.8	18 882,64		16 792,90	
67	<b>Provisões do exercício</b>	8.2.31	27 728,35	46 610,99	24 475,32	41 268,22
	(A)			2 560 190,41		3 191 681,91
68	<b>Custos e perdas financeiras</b>	8.2.37	2 658,11	2 658,11	1 098,49	1 098,49
69	<b>Custos e perdas extraordinários</b>	8.2.38		2 562 848,52		3 192 780,40
	(C)			24 275,24		47 252,99
	(E)			2 587 123,76		3 240 033,39
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	(G)		2 587 123,76		3 240 033,39
				0,00		0,00
				2 587 123,76		3 240 033,39
	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
71	<b>Vendas</b>					
	Prestações de Serviços					
74	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	8.2.35	197 532,65	197 532,65	287 910,51	287 910,51
	(B)	8.2.39.7	2 252 956,90	2 252 956,90	2 882 424,33	2 882 424,33
				2 450 489,55		3 170 334,84
78	<b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>	8.2.37	2 020,31	2 020,31	4 763,00	4 763,00
79	<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	8.2.38		2 452 509,86		3 175 097,84
	(D)			134 613,90		64 935,55
	(F)			2 587 123,76		3 240 033,39
	<b>RESUMO:</b>					
	Resultados operacionais : (B)- (A) =		(109 700,86)		(21 347,07)	
	Resultados financeiros : (D)- (C-A) =		(637,80)		3 664,51	
	Resultados correntes : (D)- (C) =			(110 338,66)		(17 682,56)
	Resultados antes de impostos : (F)- (E) =		0,00		0,00	
	Resultados líquido do exercício : (F)- (G) =		0,00		0,00	

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
RECEITA

Nota explicativa	Código			Recebimentos			
	Capº	Grupo	Artº				
	16	01		<b>Saldo gerência anterior</b>			
				Execução orçamental			
				De dotações orçamentais			
				De receitas próprias			
					527 400,40		
					470 000,00	997 400,40	
				Na posse do serviço - Depósitos à Ordem			
				Na posse do serviço - Depósitos a Prazo			
				Na posse do Tesouro			
				De receita do Estado			
				De operações de tesouraria			
				271 254,10		271 254,10	
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Receita do Estado			
				I - Total do saldo de Gerência na posse do serviço			
						1 268 654,50	<b>1 268 654,50</b>
				<b>Receitas</b>			
				Dotações orçamentais (OE)			
				<b>CORRENTES</b>			
				<b>Rendimentos de Propriedade</b>			
				<b>Juros – Sociedades Financeiras</b>			
					<b>1 971,10</b>	1 971,10	
				Depósitos à Ordem			
				Depósitos a Prazo			
					830,05		
					1 141,05		
				<b>Transferências Correntes</b>			
					<b>2 182 500,00</b>	2 182 500,00	
				Transferências Correntes - Administração			
				<b>Outros</b>			
					<b>151 431,92</b>	151 431,92	
				Outros Proveitos			
					151 431,92		2 335 903,02
				<b>DE CAPITAL</b>			
				<b>Transferências de Capital</b>			
					<b>117 500,00</b>	117 500,00	
				Receitas / Transferência p/ Capitalização			
					117 500,00		117 500,00
				<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>			
					<b>0,00</b>	0,00	
				Reposições não abatidas aos pagamentos			
				Receitas próprias			
				Correntes			
				Capital			
							2 453 403,02
				II - Total das receitas e dos fundos próprios			
							<b>2 453 403,02</b>
				Total da receita do exercício I + II			
							<b>3 722 057,52</b>
				III - Total recebido do Tesouro em c/receitas próprias			
				IV - Total recebimentos Exercício I + II + III			
							<b>3 722 057,52</b>
				Importâncias Retidas p/ Entrega Est. ou Outras Entidades			
				Receita do Estado			
				Operações de tesouraria			
					360 385,49		
					866 135,75	1 226 521,24	1 226 521,24
				V - Total das retenções de fundos alheios			
							<b>4 948 578,76</b>
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Receita do Estado:			
					360 385,49		
				Operações de tesouraria:			
					411 007,51		
				<b>Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V</b>			
							<b>4 948 578,76</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017



Nota explicativa	Código			Pagamentos		
	Agrup.	Sub-Agrup.	Rubrica			
				<b>Despesas</b>		
				Despesas Orçamentais (OE)		
				Correntes		
	01	00		<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>1 509 575,28</b>	
		01		<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>1 224 791,62</b>	
			02	Órgãos Sociais	167 009,88	
			03	Pessoal dos Quadros - FP	653 389,88	
			11	Representação	102 431,52	
			12	Suplementos e Prémios	106 053,72	
			13	Subsídio de Refeição	46 716,86	
			14	Subsídio de Férias e de Natal	149 189,76	
	01	02		<b>Abonos Variáveis ou Eventuais</b>	<b>3 769,93</b>	
			04	Ajudas de Custo	944,25	
			12	Indemnizações	0,00	
			14	Outros Abonos em Numerário ou em Espécie	2 825,68	
	01	03		<b>Segurança Social</b>	<b>281 013,73</b>	
			01	Encargos com Saúde - ADSE	192,39	
			05	Contribuições para a Segurança Social	280 821,34	
			09	Seguros	0,00	
	02			<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>693 316,81</b>	
		01		<b>Aquisição de bens</b>	<b>19 555,01</b>	
			02	Combustíveis e Lubrificantes	5 464,16	
			04	Limpeza e higiene	1 014,66	
			08	Material de escritório	8 953,50	
			17	Ferramentas e utensílios	2 472,79	
			18	Livros e documentação técnica	684,03	
			21	Outros bens	965,87	
		02		<b>Aquisição de Serviços</b>	<b>673 761,80</b>	
			01	Encargos das instalações	39 521,64	
			02	Limpeza e higiene	15 090,72	
			03	Conservação de bens	2 852,61	
			04	Locação de Edifícios	121 603,15	
			09	Comunicações	2 723,60	
			12	Seguros	498,49	
			13	Deslocações e estadas	6 517,05	
			15	Formação	7 801,96	
			18	Vigilância e segurança	3 099,60	
			19	Assistência técnica	80 860,91	
			20	Trabalhos especializados	369 688,64	
			25	Outros Serviços	23 503,43	
	03			<b>Juros e outros encargos</b>	<b>2 658,11</b>	
		05		<b>Outros juros</b>		1 197,28
			02	Outros		
		06		<b>Outros encargos financeiros</b>		
			0101	Serviços bancários	1 460,83	
	04			<b>Transferências Correntes</b>	<b>997 400,40</b>	
		06		<b>Segurança Social</b>		
			0002	Segurança Social	997 400,40	
	06			<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>875,00</b>	3 203 825,60
				De Capital		
	07			<b>Aquisições de Bens de Capital</b>	<b>1 768,74</b>	
		01		<b>Aquisições de Bens de Capital - Investimento</b>		
			07	Equipamento informático	0,00	
			08	Software informático	0,00	
			09	Equipamento administrativo	0,00	
			15	Outros Investimentos	1 768,74	1 768,74
	08			<b>Transferências de capital - administrações públicas</b>		
		06	0103	Transferências de capital		0,00
				II - Total de despesas por c/ receitas próprias		3 205 594,34
				Total despesas do exercício I + II		<b>3 205 594,34</b>
				III - Total entrega ao Tesouro em c/ receita própria		<b>0,00</b>
				IV - Total pagamento do exercício I + II + III		<b>3 205 594,34</b>
				Importâncias Entregues ao Estado e Outras Entidades		
				Receita do Estado	360 385,49	
				Operações de Tesouraria	579 887,19	940 272,68
				V - Total da Despesa de Fundos Alheios		<b>4 145 867,02</b>
				SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		245 209,08
				Execução Orçamental		
				Dotações Orçamentais (OE)		
				De receitas próprias		
				Na Posse do Serviço	245 209,08	245 209,08
				Na Posse do Tesouro		
				De Receita do Estado		
				De Operações de Tesouraria	557 502,66	
				Descontos em Vencimentos e Salários:		557 502,66
				Receita do Estado		0,00
				VI - Total do Saldo Gerência na posse do serviço		<b>802 711,74</b>
				Descontos em vencimentos e salários:		
				Retidos na fonte e considerados pagos:		
				De receita do Estado	360 385,49	
				De operações de tesouraria	411 492,31	
				<b>Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V + VI</b>		<b>4 948 578,76</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017

Classificação Económica			Dotações Corrigidas (3)	Cativos ou Congelamentos (4)	Compromissos Assumidos (5)	Despesas Pagas			Dotação Não Comprometida (9)=(2)-(4)-(5)	Diferenças		Grau de Execução Orçamental (12)=(8)/(11)
Código (1)	POC/SSS	Descrição (2)				Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)		Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos Por Pagar (11)=(5)-(9)	
<b>0101</b>		<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>1 637 807,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 224 791,62</b>	<b>1 224 791,62</b>	<b>0,00</b>	<b>1 224 791,62</b>	<b>413 015,38</b>	<b>413 015,38</b>	<b>0,00</b>	
010102	6411/6416	Órgãos sociais	167 010,00	0,00	167 009,88	167 009,88	0,00	167 009,88	0,12	0,12	0,00	100,00%
01010301	6421111/64229	Pessoal dos quadros - FP	655 489,00	0,00	653 389,88	653 389,88	0,00	653 389,88	2 099,12	2 099,12	0,00	99,68%
01010304		Recrutamento pessoal novos postos de trabalho	184 119,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184 119,00	184 119,00	0,00	0,00%
010108		Pessoal aguardando aposentação	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
010111	64134/642281	Representação	102 432,00	0,00	102 431,52	102 431,52	0,00	102 431,52	0,48	0,48	0,00	100,00%
010112	642285/642286	Suplementos e prémios	322 307,00	0,00	106 053,72	106 053,72	0,00	106 053,72	216 253,28	216 253,28	0,00	32,90%
010113	64131/642241	Subsídio de refeição	55 414,00	0,00	46 716,86	46 716,86	0,00	46 716,86	8 697,14	8 697,14	0,00	84,31%
01011401	6412/642112	Subsídio de férias	74 868,00	0,00	74 104,06	74 104,06	0,00	74 104,06	763,94	763,94	0,00	98,98%
01011402	6412/642112	Subsídio de Natal	75 168,00	0,00	75 085,70	75 085,70	0,00	75 085,70	82,30	82,30	0,00	99,89%
010115		Remunerações por doença mat. / pat	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
<b>0102</b>		<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>84 283,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 769,93</b>	<b>3 769,93</b>	<b>0,00</b>	<b>3 769,93</b>	<b>80 513,07</b>	<b>80 513,07</b>	<b>0,00</b>	
010202		Horas extraordinárias	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
010204	64132	Ajudas de custo	3 000,00	0,00	944,25	944,25	0,00	944,25	2 055,75	2 055,75	0,00	31,48%
01021201		Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	70 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70 700,00	70 700,00	0,00	0,00%
01021202	6486	Programa de rescisões por mútuo acordo	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
010213		Outros suplementos e prémios	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00%
010214	642283	Outros abonos numérico ou espécie	4 583,00	0,00	2 825,68	2 825,68	0,00	2 825,68	1 757,32	1 757,32	0,00	61,66%
<b>0103</b>		<b>Segurança social</b>	<b>334 436,00</b>	<b>0,00</b>	<b>281 013,73</b>	<b>281 013,73</b>	<b>0,00</b>	<b>281 013,73</b>	<b>53 424,27</b>	<b>53 424,27</b>	<b>0,00</b>	
01030101		Encargos com a saúde - ADSE	250,00	0,00	192,39	192,39	0,00	192,39	57,61	57,61	0,00	76,96%
01030501	6452	Contribuições para a CGA	76 381,00	0,00	76 279,25	76 279,25	0,00	76 279,25	101,75	101,75	0,00	99,87%
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	257 557,00	0,00	204 542,09	204 542,09	0,00	204 542,09	53 014,91	53 014,91	0,00	79,42%
010309		Seguros	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	0,00	0,00%
<b>0201</b>		<b>Aquisição de bens</b>	<b>26 860,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19 555,01</b>	<b>19 555,01</b>	<b>0,00</b>	<b>19 555,01</b>	<b>9 304,99</b>	<b>9 304,99</b>	<b>0,00</b>	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	7 560,00	0,00	5 464,16	5 464,16	0,00	5 464,16	2 095,84	2 095,84	0,00	72,28%
020104	62234	Limpeza e higiene	2 300,00	0,00	1 014,66	1 014,66	0,00	1 014,66	1 285,34	1 285,34	0,00	44,12%
020108	62217	Material de escritório	12 000,00	0,00	8 953,50	8 953,50	0,00	8 953,50	3 046,50	3 046,50	0,00	74,61%
020112		Material de transporte - Peças	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2 500,00	0,00	2 472,79	2 472,79	0,00	2 472,79	27,21	27,21	0,00	98,91%
020118	62216	Livros e documentação técnica	2 000,00	0,00	684,03	684,03	0,00	684,03	1 315,97	1 315,97	0,00	34,20%
020121	622981	Outros bens	2 000,00	0,00	965,87	965,87	0,00	965,87	1 034,13	1 034,13	0,00	48,29%
<b>0202</b>		<b>Aquisição de serviços</b>	<b>1 081 003,00</b>	<b>0,00</b>	<b>673 826,85</b>	<b>673 670,29</b>	<b>91,51</b>	<b>673 761,80</b>	<b>407 176,45</b>	<b>407 241,20</b>	<b>64,75</b>	
020201	62211/62213/62205/111	Encargos das Instalações	58 600,00	0,00	39 586,39	39 430,13	91,51	39 521,64	19 013,61	19 078,36	64,75	67,44%
020202	62234	Limpeza e higiene	18 000,00	0,00	15 090,72	15 090,72	0,00	15 090,72	2 909,28	2 909,28	0,00	83,84%
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	17 500,00	0,00	2 852,61	2 852,61	0,00	2 852,61	14 647,39	14 647,39	0,00	16,30%
02020402	622191	Locação de edifícios - Outras entidades	96 820,00	0,00	94 807,15	94 807,15	0,00	94 807,15	2 012,85	2 012,85	0,00	97,92%
02020403		Princípio Onerosidade	26 840,00	0,00	26 796,00	26 796,00	0,00	26 796,00	44,00	44,00	0,00	99,84%
020206		Locação de material de transporte	22 140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 140,00	22 140,00	0,00	0,00%
020209	62222	Comunicações	13 985,00	0,00	2 723,60	2 723,60	0,00	2 723,60	11 261,40	11 261,40	0,00	19,48%
020212	62223	Seguros	950,00	0,00	498,49	498,49	0,00	498,49	451,51	451,51	0,00	52,47%
020213	62227	Deslocações e estadas	15 000,00	0,00	6 517,05	6 517,05	0,00	6 517,05	8 482,95	8 482,95	0,00	43,45%
020214		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
020215	6483	Formação	18 000,00	0,00	7 801,96	7 801,96	0,00	7 801,96	10 198,04	10 198,04	0,00	43,34%
020217		Publicidade	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
020218	62235	Vigilância e segurança	3 200,00	0,00	3 099,60	3 099,60	0,00	3 099,60	100,40	100,40	0,00	96,86%
020219	62245	Assistência técnica	106 675,00	0,00	80 860,91	80 860,91	0,00	80 860,91	25 814,09	25 814,09	0,00	75,80%
02022002	62236	Outros trabalhos especializados	628 393,00	0,00	369 688,64	369 688,64	0,00	369 688,64	258 704,36	258 704,36	0,00	58,83%
020225	622982	Outros serviços	53 900,00	0,00	23 503,43	23 503,43	0,00	23 503,43	30 396,57	30 396,57	0,00	43,61%
<b>0305</b>		<b>Outros Juros</b>	<b>1 200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 197,28</b>	<b>1 197,28</b>	<b>0,00</b>	<b>1 197,28</b>	<b>2,72</b>	<b>2,72</b>	<b>0,00</b>	
030502		Outros	1 200,00	0,00	1 197,28	1 197,28	0,00	1 197,28	2,72	2,72	0,00	99,77%
<b>0306</b>		<b>Juros e outros encargos</b>	<b>1 800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 460,83</b>	<b>1 460,83</b>	<b>0,00</b>	<b>1 460,83</b>	<b>339,17</b>	<b>339,17</b>	<b>0,00</b>	
030601	68818	Outros encargos financeiros	1 800,00	0,00	1 460,83	1 460,83	0,00	1 460,83	339,17	339,17	0,00	81,16%
<b>04</b>		<b>Transferências correntes</b>	<b>997 400,40</b>	<b>0,00</b>	<b>997 400,40</b>	<b>997 400,40</b>	<b>0,00</b>	<b>997 400,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
0406	63115	Segurança social	997 400,40	0,00	997 400,40	997 400,40	0,00	997 400,40	0,00	0,00	0,00	100,00%
<b>07</b>		<b>Aquisição de bens e investimento</b>	<b>235 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 768,74</b>	<b>1 768,74</b>	<b>0,00</b>	<b>1 768,74</b>	<b>233 231,26</b>	<b>233 231,26</b>	<b>0,00</b>	
070107	426	Material de informática	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00%
070108	426	Software informático	160 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160 000,00	160 000,00	0,00	0,00%
070109	426	Equipamento administrativo	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00%
070115	429	Outros investimentos	15 000,00	0,00	1 768,74	1 768,74	0,00	1 768,74	13 231,26	13 231,26	0,00	11,79%
<b>0602</b>		<b>Outras despesas correntes</b>	<b>1 600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>875,00</b>	<b>875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>875,00</b>	<b>725,00</b>	<b>725,00</b>	<b>0,00</b>	
060201	622982114	Impostos e taxas	1 500,00	0,00	875,00	875,00	0,00	875,00	625,00	625,00	0,00	58,33%
060203		Outras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00%
		<b>TOTAL</b>	<b>4 403 391,40</b>	<b>0,00</b>	<b>3 205 659,09</b>	<b>3 205 502,83</b>	<b>91,51</b>	<b>3 205 594,34</b>	<b>1 197 732,31</b>	<b>1 197 797,06</b>	<b>64,75</b>	<b>72,80%</b>

**IGFCSS, IP | CONTROLO ORÇAMENTAL RECEITA**

Classificação Económica			Previsões Corrigidas (3)	Receitas por Cobrar no Início do Ano (4)	Receitas Líquidas (5)	Receitas Anuladas (6)	Receitas Cobradas Brutas (7)	Reembolsos e Restituições		Receita Cobrada Líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)+(7)	Grau de Execução Orçamental (12)=(10)/(3)*100
Código (1)	POCISS	Descrição (2)						Emiões (8)	Pagos (9)			
<b>05</b>		<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>8 000,00</b>		<b>1 971,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1 971,10</b>			<b>1 971,10</b>	<b>0,00</b>	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	8 000,00		1 971,10	0,00	1 971,10			1 971,10	0,00	24,64%
<b>06</b>		<b>Transferências correntes</b>	<b>3 122 491,00</b>		<b>2 182 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 182 500,00</b>			<b>2 182 500,00</b>	<b>0,00</b>	
0606		Segurança Social								0,00	0,00	#DIV/0!
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	3 122 491,00		2 182 500,00	0,00	2 182 500,00			2 182 500,00	0,00	69,90%
<b>07</b>		<b>Vendas de bens e serviços correntes</b>	<b>40 000,00</b>		<b>151 431,92</b>	<b>0,00</b>	<b>151 431,92</b>			<b>151 431,92</b>	<b>0,00</b>	
0702	712	Serviços	40 000,00		151 431,92	0,00	151 431,92			151 431,92	0,00	378,58%
<b>10</b>		<b>Transferências</b>	<b>235 000,00</b>		<b>117 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>117 500,00</b>			<b>117 500,00</b>	<b>0,00</b>	
10060103	798311628	Segurança Social	235 000,00		117 500,00	0,00	117 500,00			117 500,00	0,00	50,00%
<b>15</b>		<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>	<b>500,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00		0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00%
16		Outras receitas de capital	1 057 400,40		1 057 400,40	0,00	1 057 400,40			1 057 400,40	0,00	100,00%
		<b>TOTAL</b>	<b>4 463 391,40</b>		<b>3 510 803,42</b>	<b>0,00</b>	<b>3 510 803,42</b>			<b>3 510 803,42</b>	<b>0,00</b>	

# Anexo às Demonstrações Financeiras

## Enquadramento jurídico e atividade

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (“IGFCSS”) foi criado através do Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro o qual aprovou os respetivos estatutos, tendo posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP.

Em 29 de maio foi publicado o Decreto-Lei 216/2007 que vem reformular a lei orgânica do IGFCSS assim como proceder à revisão dos respetivos estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro.

Em 28 de agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei 203/2012 que vem alterar a lei orgânica do IGFCSS,IP.

O IGFCSS,IP tem como missão e atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, podendo prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou apoio técnico, decorrente da sua experiência de atividade e da informação económico financeira de que dispõe.

A sua atividade está sujeita a fiscalização pelo Tribunal de Contas.

No final de 2017 o IGFCSS,IP tinha sob gestão, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), o Fundo dos Certificados de Reforma (FCR), criado no âmbito do regime público de capitalização e o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O regime público de capitalização, regulado pelo Decreto-Lei nº 26/2008, de 22 de fevereiro, constitui um mecanismo de fomento à poupança com gestão pública, visando responder às necessidades dos cidadãos no momento em que passem à condição de pensionistas ou de aposentados por velhice ou invalidez.

Trata-se de um regime de capitalização de adesão individual e voluntária. Cada aderente dispõe de uma conta à qual são afetas as respetivas contribuições, convertendo-se em certificados de reforma. Estes valores integram um fundo autónomo gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS,IP.

O Fundo de Compensação do Trabalho foi criado em 14 de outubro de 2013, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 5º da Lei 70/2013 de 30 de agosto. Trata-se de um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo

366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

O Fundo de Compensação do Trabalho é alimentado por entregas mensais efetuadas pelo empregador correspondentes a 0,925% do valor do vencimento base e diuturnidades dos trabalhadores abrangidos. As entregas mensais são obrigatórias, salvo opção do empregador por adesão a Mecanismo Equivalente.

Estão abrangidos pelo regime jurídico do Fundo de Compensação do Trabalho as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho após o dia 01.10.2013, salvo nas situações previstas nos números 2 a 5 do artigo 2º da referida Lei.

De 2007 a 2010 foram apresentadas, em separado, as Demonstrações Financeiras do FEFSS, as quais foram elaboradas tomando por base os registos contabilísticos do próprio IGFCSS.

O relatório 29/2010 do Tribunal de Contas veio clarificar a questão da separação dos patrimónios do IGFCSS e do FEFSS. Com efeito, é entendimento inequívoco daquele órgão que face ao novo enquadramento normativo (DL 216/2007 vs DL 449-A/99) deverá manter-se a apresentação de um orçamento e de uma conta autónoma relativa ao FEFSS, os quais integram, por si próprios o orçamento e a conta da Segurança Social.

De acordo com este entendimento, o Conselho Diretivo decidiu proceder à separação do orçamento e das contas do FEFSS a partir de 2011.

As operações relativas ao FCR são registadas em contas de ordem do IGFCSS, IP, à semelhança do que sucede para as sociedades gestoras em relação aos fundos por elas administrados.

## Principais Indicadores dos Fundos sob Gestão

### FEFSS – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

Os principais indicadores do FEFSS em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

**TABELA 9 | ESTRUTURA DA CARTEIRA DO FEFSS**

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
<b>Reserva Estratégica <sup>a)</sup></b>	3 374 817,00	<b>0,02%</b>	<b>2 794 348,48</b>	<b>0,02%</b>
<b>Rendimento Fixo <sup>b)</sup></b>	<b>11 923 664 479,71</b>	<b>75,62%</b>	<b>10 757 965 005,51</b>	<b>75,51%</b>
Europa ex-Reino Unido	10 867 636 837,99	68,92%	9 934 931 030,89	69,74%
EUA	853 978 251,91	5,42%	723 476 187,39	5,08%
Reino Unido	202 049 389,81	1,28%	99 557 787,23	0,70%
<b>Rendimento Variável <sup>c)</sup></b>	<b>2 089 811 362,50</b>	<b>13,25%</b>	<b>1 504 921 269,05</b>	<b>10,56%</b>
EUR ex-Portugal	174 813 668,99	1,11%	100 520 449,81	0,71%
Suíça	66 465 849,32	0,42%	0,00	0,00%
Reino Unido	171 828 444,28	1,09%	52 610 850,82	0,37%
Noruega	0,00	0,00%	86 629 347,03	0,61%
Suécia	0,00	0,00%	0,00	0,00%
EUA	1 162 111 339,22	7,37%	0,00	0,00%
Canadá	0,00	0,00%	869 673 471,44	6,10%
Japão	514 592 060,69	3,26%	0,00	0,00%
Austrália	0,00	0,00%	395 487 149,95	2,78%
<b>Imobiliário</b>	<b>55 728 145,48</b>	<b>0,35%</b>	<b>72 947 824,29</b>	<b>0,51%</b>
<b>Liquidez <sup>d)</sup></b>	<b>1 675 802 371,48</b>	<b>10,63%</b>	<b>1 898 810 207,67</b>	<b>13,33%</b>
<b>Provisões Impostos Receber</b>	<b>19 754 331,46</b>	<b>0,13%</b>	<b>8 753 054,20</b>	<b>0,06%</b>
<b>Total</b>	<b>15 768 135 507,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>14 246 191 709,20</b>	<b>100,00%</b>

**Por Memória:**

Dívida Pública Nacional <sup>d)</sup>	11 422 428 390,86	72,44%	10 792 095 673,59	75,75%
Futuros s/ Obrigaç (nocial)	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Futuros s/ Ações (nocial)	147 433 196,24	0,94%	(58 389 296,19)	-0,41%

**Notas:**

a) Inclui o valor nocial dos futuros e as valias potenciais de forwards

b) Inclui juros corridos e as valias potenciais de forwards

c) A percentagem correspondente a liquidez foi já deduzida dos depósitos em margens afectas à réplica de investimentos feitos através de contratos de futuros

d) As emissões de Dívida Garantida mas Não Emitida pelas Administrações Públicas, os Bilhetes do Tesouro Nacional e os CEDIC fazem parte do grupo Dívida Pública Nacional para efeitos de rácios regulamentares

Para determinação da melhor combinação entre o retorno esperado e risco estimado da parte da carteira não investida em dívida pública portuguesa foi aprovada, no final de 2011, pelo ministro da Tutela a seguinte carteira:

**TABELA 10 | COMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE MERCADO DA CARTEIRA DA TUTELA**

Classe de Ativos	Peso	Índice
Outra Dívida Pública	62,0%	Composição de mercado dos índices EFF para os mercados do Euro, Reino Unido e Estados Unidos
Ações OCDE	38,0%	Composição de Mercado dos índices Eurostoxx50, FTSE100, SMI20, SP500, TOPIX
Liquidez	0,0%	Bilhete do tesouro Alemão a 3 meses

## FCR – Fundo dos Certificados de Reforma

Os principais indicadores do FCR – Fundo dos Certificados de Reforma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser descritos como segue:

**TABELA 11** | FCR – VALOR DO FUNDO E DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

	Exercício	
	2017	2016
Contribuições Acumuladas em Ex <sup>os</sup> Anteriores Deduzidas Resgates	33 363 659,66	31 229 437,67
<b>Contribuições do Exercício Deduzidas de Resgates</b>	<b>1 914 700,17</b>	<b>2 134 221,99</b>
Numerário e Depósitos Bancários	1 722 439,61	862 213,36
Títulos Negociáveis	41 216 508,92	39 906 107,70
Devedores Gerais	473 359,89	20 853,95
Acréscimos e Diferimentos	(287,63)	(275,22)
Credeiros Gerais	(142 413,26)	(837 279,37)
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>43 269 607,53</b>	<b>39 951 620,42</b>
Número de Unidades de Participação	30 603 976,59	29 227 529,78
<b>Valor por Unidade de Participação</b>	<b>1,41386</b>	<b>1,36692</b>

**TABELA 12** | RENTABILIDADE E RISCO DO FCR EM 31.12.2017

Valor de Mercado (€)	Valor Unitário dos Certificados de Reforma (€)				Valorização Média Anual <sup>a)</sup>			Rentabilidade	
	31-12-2017	Médio Út. 12 meses	Médio Út. 36 meses	Médio desde início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde início	Rentabilidade em 2017	Volatilidade Anualizada
43 269 607,68	141,386	138,976	136,496	120,816	3,48%	2,44%	3,42%	3,43%	1,62%

## FCT – Fundo de Compensação do Trabalho

Os principais indicadores do FCT – Fundo de Compensação do Trabalho em 31 de dezembro de 2017 podem ser relatados como segue:

**TABELA 13** | RENTABILIDADE E RISCO DO FCT EM 31.12.2017

Valor de Mercado (€)	Valor Unitário das unidades de participação do FCT (€)				Valorização Média Anual <sup>a)</sup>			Rentabilidade / Risco	
	31-12-2017	Médio Út. 12 meses	Médio Út. 36 meses	Médio desde início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde início	Rentabilidade em 2017	Volatilidade Anualizada
172 643 229,21	1,05195	1,04387	1,03109	1,02475	1,61%	1,35%	1,29%	2,15%	1,62%

a) Taxa interna de rentabilidade anual de entregas semanais constantes, respeitando as datas de subscrição no período indicado

# Notas às Contas

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (“POCISSSS”). As notas cuja numeração é omissa deste anexo não são aplicáveis ao IGFCSS,IP ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

## 8.1 – Caracterização da Entidade

### 8.1.1 – Identificação

Designação	Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP)
Nº Identificação Fiscal	504 863 797
Endereço	Av. Fernão de Magalhães, 1862 3º Dto, 4350-158 Porto
Regime Financeiro	Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, com natureza de instituto público
Tutela	Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

### 8.1.2 – Legislação

O Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro, criou o IGFCSS, aprovou os respetivos estatutos, tendo, posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP. O Decreto-Lei 216/2007, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, alterou a lei orgânica assim como os estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro.

Estatutos aprovados pela Portaria 640/2007 de 30 de maio e alterados pela Portaria 1329-D/2010 de 30 de dezembro.

A atual lei orgânica do MTSS foi publicada pelo Decreto-Lei nº 126/2011 de 29 de dezembro.

Em 28 de Agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei nº 203/2012 que determina a nova orgânica do IGFCSS, IP.

### 8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

São órgãos do IGFCSS, IP:

- ✓ O Conselho Diretivo, constituído por um presidente, um vice-presidente e um vogal;



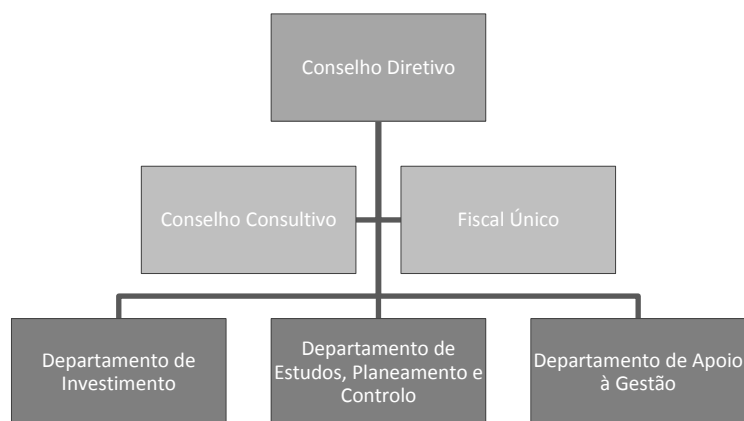
- ✓ O Conselho Consultivo, constituído por dois representantes institucionais indicados, cada um deles, respetivamente, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública e ainda, por um representante de cada um dos parceiros sociais que integram a Comissão Permanente de Concertação Social e por três personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira;
- ✓ O Fiscal único.

Em 22 de março de 2010 foi solicitada a nomeação do Fiscal Único nos termos do artigo 27º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, isto é, por Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e da Tutela, obrigatoriamente, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Pelo Despacho nº 3378/2013 de 4 de março de 2013, foi designado o fiscal único do IGFCCS, a Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados, SROC, Lda, com o registo da CMVM nº 9171, representada pelo revisor oficial de contas Dra. Ana Raquel Borges Louro Esperança Sismeiro.

O IGFCCS, IP dispõe de um mapa de pessoal de 40 lugares (40 em 2015), aprovado por Despacho do SESS nos termos do disposto no artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Organograma funcional do IGFCCS, IP era o seguinte:



#### 8.1.4 – Descrição Sumária das Atribuições e das Atividades Prosseguidas no Exercício Económico

O IGFCCS,IP tem por objeto a gestão de fundos de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais. Em 2017, teve sob sua gestão o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, o Fundo dos Certificados de Reforma e o Fundo de Compensação do Trabalho.

O IGFCSS,IP tem ainda como uma das principais atribuições a administração do regime público de capitalização, criado pelo Decreto-Lei 26/2008 de 22 de fevereiro.

#### ATRIBUIÇÕES / ATIVIDADES

Gerir em regime de capitalização a carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e de outros Fundos e as disponibilidades financeiras que lhe sejam afetas.

Administrar o regime público de capitalização, incluindo a gestão, em regime de capitalização, dos fundos e dos planos de rendas que lhe são subjacentes.

Promover o planeamento, organização, direção e controlo nas áreas de gestão das carteiras de aplicações, análise de mercado e informações estatísticas.

Administrar o património imobiliário que lhe está afeto.

Colaborar e articular-se com outras instituições do sistema de segurança social.

Negociar e contratar com as instituições do sistema monetário e financeiro as aplicações pertinentes.

Realizar as transferências necessárias para assegurar a estabilização financeira da segurança social.

Colaborar e articular-se com os serviços do setor público administrativo.

Assessorar o membro do Governo responsável pela área de trabalho e da solidariedade social nas matérias relacionadas com as atribuições sobre a gestão em regime de capitalização.

Prestação a outras entidades públicas e privadas de serviços de gestão e de apoio técnico.

Gerir patrimónios autónomos suscetíveis de investimento no médio e longo prazo.

### 8.1.5 – Recursos Humanos

Durante o exercício de 2017, os responsáveis pelas unidades organizacionais do IGFCSS,IP eram os seguintes:

UNIDADES ORGANIZACIONAIS	NOME DOS RESPONSÁVEIS
Conselho Diretivo	Manuel Baganha, Presidente Paulo Francisco, Vice-Presidente Teresa Fernandes, Vogal
Departamento de Investimento	Ana Abreu
Departamento de Apoio à Gestão	Pedro Andrade
Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo	José Vidrigo

Em 31 de dezembro de 2017, o pessoal do quadro do IGFCSS,IP encontrava-se dividido da seguinte forma:

EFETIVOS POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA E O SEXO

		Dirigente	Téc./Téc. Superior	Adm/Assist. Técnico	Total
Total de Efetivos (*)	Homens	4	11	1	16
	Mulheres	2	10	3	15
	<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>31</b>
Comissão de Serviço (LVCR), Dirigentes (*)	Homens	4			4
	Mulheres	2			2
	<b>Total</b>	<b>6</b>			<b>6</b>
CT em Funções Públicas por tempo indeterminado, carreiras gerais	Homens		3		3
	Mulheres		3	2	5
	<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>2</b>	<b>8</b>
CT em Funções Públicas por tempo indeterminado, carreiras não revistas	Homens		8	1	9
	Mulheres		7	1	8
	<b>Total</b>		<b>15</b>	<b>2</b>	<b>17</b>

(\*) Inclui membros do Conselho Diretivo

Nos termos do Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, as carreiras nas quais se encontram integrados os trabalhadores do IGFCSS, com exceção dos trabalhadores que transitaram do quadro da função pública, continuam a reger-se pelas disposições normativas que lhes eram aplicáveis a 31.12.2008 e pelo Regulamento de Política de Pessoal e Tabela de Remunerações, aprovado pela tutela em 13.01.2000, tratando-se de carreiras subsistentes porquanto ainda não foram objeto de revisão ou de extinção.

VARIAÇÃO DO PESSOAL EM 2017

Grupos Profissionais	Efetivos em 31.12.2016	Efetivos em 31.12.2017	Varição dos Efetivos
Pessoal Dirigente (Comissão de Serviço) (*)	6	6	0%
Técnicos Superiores (Carreiras Gerais)	6	6	0%
Assistente Técnico (Carreiras Gerais)	2	2	0%
Assistente Operacional	0	0	0%
Outros - Carreiras não Revistas	17	17	0%

(\*) Inclui membros do Conselho Diretivo

### 8.1.6 – Organização Contabilística

Relativamente à organização contabilística do IGFCSS,IP durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a mesma pode ser descrita como segue:

ASPETOS PRINCIPAIS REFERENTES À ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	SIM	NÃO
Existência de um manual de procedimentos contabilísticos	✓	
Todos os registos estão apoiados em documentos justificativos, datados/ordenados numericamente	✓	
As operações são registadas cronologicamente	✓	
Os erros ou omissões são objeto de regularização contabilística	✓	
Existência de demonstrações financeiras intercalares		✓
Existência de descentralização contabilística		✓

O IGFCSS,IP está sujeito, no aspeto contabilístico, à disciplina do POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, conforme previsto no Decreto-Lei 12/2002 de 25 de janeiro.

Para despesas de pequeno montante e cujo pagamento tem de ser efetuado de imediato, foram constituídos Fundos Fixos do Porto e de Lisboa com os valores de 750 Euros e 350 Euros, respetivamente. Os Fundos Fixos são reconstituídos mensalmente, com base nas despesas efetuadas, até ao limite do valor da sua constituição. Para efeitos de encerramento de contas do IGFCSS,IP, os saldos dos Fundos Fixos são apurados para relevação contabilística dos mesmos na conta 'Caixa'.

Os valores das receitas provenientes das operações financeiras, relativos aos fundos geridos são depositados nos prazos habituais dos mercados financeiros (usualmente 2 ou 3 dias úteis após), pelo agente liquidador da venda, na conta bancária indicada pelo IGFCSS,IP.

Os registos e as conferências de títulos das carteiras do FEFSS, do FCR e do FCT são feitos diariamente. Esta conferência é feita pelo Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

Como a atividade desta Instituição obriga a uma permanente utilização dos seus fundos, é efetuada a conferência dos valores disponíveis, diariamente, nas contas bancárias afetas ao FEFSS, ao FCR e ao FCT. Esta conferência é efetuada pelos técnicos do Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

As compras do material necessário ao funcionamento dos serviços, são efetuadas em pequenas quantidades, dado o pouco significativo número de colaboradores, o que facilita, quer a contagem imediata das quantidades entradas, quer ainda a verificação do equipamento de fácil manuseamento, como por exemplo, máquinas de calcular e outros artigos de escritório.

As faturas recebidas são devidamente conferidas no que respeita às quantidades, aos preços unitários e globais, aos descontos de pagamento e ainda aos respetivos impostos. Os colaboradores adstritos ao Departamento de Apoio à Gestão, exercem as mais diversas funções, pelo que, dada a diminuta quantidade de faturas recebidas, também executam o seu registo.

O colaborador que elabora as folhas de vencimentos nunca é o mesmo que as confere e aprova.

Para a guarda de cheques e dinheiro existe um cofre.

É efetuada uma conferência mensal dos registos contabilísticos. As regularizações são suportadas por notas de lançamento.

As conciliações bancárias, das contas afetas ao pagamento de despesas de funcionamento do IGFCSS,IP, são efetuadas, mensalmente, contemplando a identificação dos cheques em trânsito.

A conferência das contas de terceiros é realizada mensalmente.

No que concerne ao material de consumo corrente, não existe inventário para as existências, uma vez que as quantidades adquiridas são tão pequenas que não se justifica a inventariação do *stock* dos materiais, sendo fácil o seu controlo.

O material de secretaria é conferido no ato de entrega.

### Breve descrição das principais características do sistema informático

O IGFCCS,IP utiliza atualmente, para suporte da sua área de contabilidade, um *software* específico: o GIN. Trata-se de uma aplicação cliente/servidor que se apoia numa base de dados Oracle e que se encontra perfeitamente integrada com o *software* de gestão de ativos Trader, fruto da parceria celebrada entre as duas *software houses*, fornecedoras daqueles *softwares*. As duas aplicações estão instaladas em infraestruturas de suporte distintas mas as respetivas bases de dados partilham a mesma instância de Oracle. Importa ainda referir que os lançamentos referentes às operações do FEFSS, do FCR e do FCT são gerados pelo Trader e posteriormente, integrados no GIN por processo automático.

Em maio de 2017 foi atualizada toda a infraestrutura informática física de suporte aos *softwares* de gestão de ativos e de contabilidade. Os ambientes produtivo e de testes, bem como a camada de *middleware* residem agora num cluster composto por 2 servidores, em máquinas virtuais implementadas com recurso à tecnologia Hiper-V da Microsoft.

### 8.1.7 – Outra Informação Considerada Relevante

Para além do acima exposto, entende-se como relevante para a caracterização da entidade, a seguinte informação adicional, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE	SIM	NÃO
Existência de fundo fixo de caixa	✓	
A cobrança é depositada diariamente		N.A
O controlo de valores em caixa é efetuado com periodicidade diária	✓	
É efetuado o controlo sistemático de faturas recebidas	✓	
Há reconciliação bancária mensal	✓	
As contas de terceiros são examinadas periodicamente	✓	
Inventariação no final do exercício	✓	

## 8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

### 8.2.2 – Indicação e Comentário das Contas e da Demonstração dos Resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2016.

Nos termos do DL 203/2012, de 28 de agosto (que aprova a orgânica do IGFCSS,IP), o financiamento dos custos de funcionamento do Instituto é assegurado por verbas do orçamento de estado ou pelo orçamento da segurança social, como contrapartida pela administração e gestão dos fundos que são colocados sob sua gestão. Esse financiamento é enquadrado por um orçamento anualmente aprovado pela Tutela e é consubstanciado por transferências do FEFSS. Deste modo, a sua exploração não pode ser nunca deficitária. Por outro lado, a obrigatoriedade de devolução anual, ao FEFSS, de todo e qualquer saldo gerado no exercício, faz com que aquela exploração também não possa ser superavitária.

Neste contexto, por forma a assegurar a neutralidade da situação patrimonial que resulta, em contínuo, das normas que regem o financiamento da atividade do IGFCSS,IP, procedeu-se ao acréscimo dos proveitos (no valor de 31 345,59€) resultantes das transferências do FEFSS nas situações em que a especialização de custos ditou o seu reconhecimento no exercício de 2017 mas em que a correspondente transferência apenas ocorrerá num exercício posterior (nota 8.2.39.3), na situação inversa, procedeu-se ao acréscimo de custos (no valor de 38 125,30€) e ao diferimento de proveitos (no valor de 986,01€), ou seja, quando da especialização dos custos e proveitos resultam situações em que determinado custo já suportado se reporta a exercícios seguintes (nota 8.2.39.5) ou determinado proveito do exercício apenas se materializa em exercícios seguintes (nota 8.2.39.3).

Da execução deste procedimento no ano de 2017 resulta, tal como verificado em 2016, um resultado líquido do exercício nulo.

### 8.2.3 – Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do IGFCSS,IP, mantidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (“POCISSSS”), e são apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos, da continuidade, da especialização do exercício, da consistência, da materialidade, da prudência, do custo histórico, da não compensação e da entidade contabilística definidos no POCISSSS.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho Diretivo, na reunião 19 de abril de 2018.

Os principais critérios valorimétricos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando-se o processo de amortização no mês em que o investimento ocorre, e são contabilizadas por débito na demonstração dos resultados de cada exercício.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 2/90 ou na Portaria 671/2000 de 17 de abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 2000.

As taxas de amortização praticadas mais relevantes são as seguintes:

TAXAS DE AMORTIZAÇÃO	
Equipamento de Transporte	16,66% a 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% a 33,33%
Ferramentas e utensílios	25,00%
Artigos e Objetos de Valor	—
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% a 25,00%

Os valores de artigos e objetos de valor, fundamentalmente relativos a investimento em obras de arte, não são sujeitos a depreciação tendo em consideração as suas características intrínsecas (Nota 8.2.8).

b) Acréscimos e diferimentos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os montantes de custos e proveitos reconhecidos e não pagos ou recebidos são reconhecidos nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

c) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor à data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão integram os resultados correntes do exercício nas rubricas de Diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis.

d) Impostos

De acordo com as alíneas a) e d) do número 1 do artigo 9º do Código do IRC os rendimentos do IGFCSS,IP estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

A atividade financeira do IGFCSS,IP, de administração e gestão de fundos está isenta de IVA (Cfr. alínea g) do n.º 27 do art.º 9.º do CIVA). As restantes atribuições do IGFCSS,IP, designadamente atividades de consultadoria e de apoio técnico, quando existam, estão sujeitos e não isentas de IVA na medida em que se subsumam ao conceito de prestações de serviços constante da regra geral prevista no n.º1 do art.º 4.º do CIVA.

Adicionalmente, o IGFCSS,IP goza de isenção de imposto de selo de acordo com a a) do art.º 6.º do Código do Imposto de Selo, de IMI nos termos do art.º 11.º do CIMI e de IMT conforme alínea a) do art.º 6.º do CIMT.

e) Transferências de Capital

As transferências de capital, obtidas de outras entidades, foram registadas na rubrica de Proveitos diferidos, sendo reconhecido o proveito na Demonstração de Resultados de cada ano pelo montante das amortizações relativas aos bens adquiridos com recurso às referidas transferências.

Os subsídios atribuídos à Entidade, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na Demonstração de Resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

A componente não utilizada dos subsídios recebidos no exercício para financiar despesas de capital, foi registada como proveito do exercício.

Em resumo, apresentam-se os quadros abaixo com os critérios valorimétricos aplicados nos exercícios de 2017 e 2016:

CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2017

Rubricas do Balanço	Critérios Aplicados	Valor de Balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações Corpóreas		
423 - Equipamento Básico	Valor de Aquisição	1 744,59
424 - Equipamento de Transporte	Valor de Aquisição	0,00
425 - Ferramentas e utensílios	Valor de aquisição	1 658,19
426 - Equipamento Administrativo	Valor de Aquisição	33 509,90
429 - Outras Imobilizações Corpóreas		
4291 - Artigos e Objetos de Valor	Valor de Aquisição	19 248,75
4293 - Outras Imobilizações Corpóreas	Valor de Aquisição	124,64

CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2016

Rubricas do Balanço	Critérios Aplicados	Valor de Balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações Corpóreas		
423 - Equipamento Básico	Valor de Aquisição	2 118,11
424 - Equipamento de Transporte	Valor de Aquisição	0,00
426 - Equipamento Administrativo	Valor de Aquisição	51 266,19
429 - Outras Imobilizações Corpóreas		0,00
4291 - Artigos e Objetos de Valor	Valor de Aquisição	19 248,75
4293 - Outras Imobilizações Corpóreas	Valor de Aquisição	766,92



## 8.2.7 – Ativo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi como segue:

ATIVO BRUTO – IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transf. & Abates	Saldo Final
Equipamento Básico	2 988,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2 988,13
Equipamento de Transporte	75 593,16	0,00	0,00	0,00	0,00	75 593,16
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	1 768,74	0,00	0,00	1 768,74
Equipamento Administrativo	1 095 602,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1 095 602,54
Artigos e Objetos de Valor	19 248,75	0,00	0,00	0,00	0,00	19 248,75
Outras Imobilizações Corpóreas	40 574,95	0,00	0,00	0,00	0,00	40 574,95
	<b>1 234 007,53</b>	<b>0,00</b>	<b>1 768,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 235 776,27</b>

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Alienações	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas				
Equipamento Básico	870,02	373,52	0,00	1 243,54
Ferramentas e utensílios	75 593,16	0,00	0,00	75 593,16
Equipamento de Transporte	0,00	110,55	0,00	110,55
Equipamento Administrativo	1 044 336,35	17 756,29	0,00	1 062 092,64
Outras Imobilizações Corpóreas	39 808,03	642,28	0,00	40 450,31
	<b>1 160 607,56</b>	<b>18 882,64</b>	<b>0,00</b>	<b>1 179 490,20</b>

a) As amortizações foram calculadas de acordo com a aplicação das taxas máximas permitidas

b) Nos bens adquiridos a partir de 2001 foi aplicada a Portaria 671/2000 de 17 de Abril

## 8.2.8 – Desagregação das Rúbricas do Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017, o valor do ativo imobilizado pode ser detalhado como segue:

IMOBILIZADO							
Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortiz Exercício	Amortiz Acumuladas	Saldo Final
1991	2 316,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2 316,90	0,00
1992	1 678,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1 678,17	0,00
1996	382,19	0,00	0,00	0,00	0,00	382,19	0,00
1999	9 289,23	0,00	0,00	0,00	0,00	9 289,23	0,00
2000	44 112,20	0,00	0,00	0,00	0,00	44 112,20	0,00
2001	29 185,58	0,00	0,00	0,00	0,00	29 185,58	0,00
2002	323 969,37	0,00	0,00	0,00	0,00	323 969,37	0,00
2003	134 768,35	0,00	0,00	0,00	0,00	115 519,60	19 248,75
2004	123 678,86	0,00	0,00	0,00	0,00	123 678,86	0,00
2005	101 989,84	0,00	0,00	0,00	(0,01)	101 989,84	0,00
2006	56 749,33	0,00	0,00	0,00	0,00	56 749,33	0,00
2007	47 008,73	0,00	0,00	0,00	0,00	47 008,73	0,00
2008	79 150,67	0,00	0,00	0,00	0,00	79 150,72	0,00
2009	111 381,75	0,00	0,00	0,00	3 105,50	111 381,74	0,00
2010	67 318,45	0,00	0,00	0,00	317,82	67 212,51	105,94
2011	16 870,65	0,00	0,00	0,00	0,00	16 870,65	0,00
2012	13 247,55	0,00	0,00	0,00	0,00	13 247,55	0,00
2013	12 063,20	0,00	0,00	0,00	1 445,99	11 447,54	615,66
2014	6 621,05	0,00	0,00	0,00	989,13	3 262,28	3 358,77
2015	22 035,12	0,00	0,00	0,00	5 603,61	12 849,22	9 185,90
<b>A Transportar</b>	<b>1 203 817,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11 462,04</b>	<b>1 171 302,22</b>	<b>35 515,02</b>

IMOBILIZADO (Continuação)

Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortiz Exercício	Amortiz Acumuladas	Saldo Final
<b>Transporte</b>	<b>1 203 817,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11 462,04</b>	<b>1 171 302,22</b>	<b>35 515,02</b>
2016	30 190,35	0,00	0,00	0,00	7 310,04	8 077,57	22 112,78
2017	1 768,74	0,00	0,00	0,00	110,55	110,55	1 658,19
	<b>1 235 776,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18 882,64</b>	<b>1 179 490,33</b>	<b>56 286,07</b>

ATIVO IMOBILIZADO

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Viatura 94-14-QC	22 204,74	2000	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	22 204,74	0,00
Viatura 45-73-XB	25 000,00	Mar-04	0,00	0,00	0,00	16,66%	0,00	25 000,00	0,00
Viatura 51-92-ZI	28 388,42	Dez-04	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	28 388,42	0,00
Artigos de conforto	189,54	1991	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	189,54	0,00
Mobiliário	1 700,03	1991	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 700,03	0,00
Selo branco	265,99	1991	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	265,99	0,00
Mobiliário	1 587,12	1992	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 587,12	0,00
Mobiliário	245,05	1996	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	245,05	0,00
Equipamento administrativo	161,34	1991	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	161,34	0,00
Equipamento administrativo	91,05	1992	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	91,05	0,00
Equipamento administrativo	137,14	1996	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	137,14	0,00
Equipamento administrativo	400,16	1999	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	400,16	0,00
Central telefónica	3 342,06	1999	0,00	0,00	0,00	10,00%	0,00	3 342,06	0,00
Aparelhagem e máq. electrónicas	324,16	1999	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	324,16	0,00
Máq. escrever, calc. cont. fotocopiar	2 421,91	1999	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	2 421,91	0,00
Mobiliário	2 800,92	1999	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 800,92	0,00
Não especificadas	107,19	2000	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	107,19	0,00
Mobiliário	21 043,99	2000	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	21 043,99	0,00
Ferramentas e utensílios	756,28	2000	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	756,28	0,00
Central telefónica	14 134,34	Jun-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	14 134,34	0,00
Outro material, aparelhos, utensílios	355,99	Ago-01	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	355,99	0,00
Telefones	1 122,85	Nov-01	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 122,85	0,00
Blocos de gavetas	334,46	Fev-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	334,46	0,00
Secretárias	835,69	Fev-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	835,69	0,00
Cadeiras	238,49	Fev-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	238,49	0,00
Mesas	89,08	Nov-01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	89,08	0,00
Papeleiras	44,52	Nov-01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	44,52	0,00
Candeieiros, globos, lustres, profonier	98,44	Nov-01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	98,44	0,00
Armários	2 305,04	Jul-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 305,04	0,00
Cadeiras	1 430,13	Jul-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 430,13	0,00
Mesas	453,16	Jul-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	453,16	0,00
Secretárias	565,12	Jul-01	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	565,12	0,00
Calculadora	96,88	Abr-01	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	96,88	0,00
Mesas	235,84	Jan-02	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	235,84	0,00
Secretárias	252,65	Jan-02	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	252,65	0,00
Blocos de gavetas	378,16	Jan-02	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	378,16	0,00
Blocos de gavetas	194,84	Abr-02	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	194,84	0,00
Outro mobiliário	99,01	Fev-02	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	99,01	0,00
Armários	5 753,46	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 753,46	0,00
Blocos de gavetas	1 808,58	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 808,58	0,00
Blocos de gavetas	319,16	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	319,16	0,00
Blocos de gavetas	440,30	Ago-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	440,30	0,00
Cadeiras	9 624,14	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	9 624,14	0,00
Cadeiras	10 187,29	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	10 187,29	0,00
Cadeiras	919,08	Ago-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	919,08	0,00
Blocos de gavetas	319,16	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	319,16	0,00
<b>A Transportar...</b>	<b>163 802,95</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>163 802,95</b>	<b>0,00</b>

ATIVO IMOBILIZADO – Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<b>Transporte...</b>	<b>163 802,95</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>163 802,95</b>	<b>0,00</b>
Estantes	1 193,49	Ago-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 193,49	0,00
Mesas	6 412,31	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	6 412,31	0,00
Mesas	7 506,38	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	7 506,38	0,00
Mesas	141,37	Ago-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	141,37	0,00
Secretárias	5 616,39	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 616,39	0,00
Secretárias	5 147,19	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	5 147,19	0,00
Secretárias	877,69	Dez-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	877,69	0,00
Sofás	2 208,64	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 208,64	0,00
Sofás	1 766,91	Jul-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 766,91	0,00
Sofás	1 142,40	Out-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 142,40	0,00
Outro equip. e material escritório	1 877,15	Abr-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 877,15	0,00
Fotocopiadores	2 441,88	Set-03	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	2 441,88	0,00
Fax	793,00	Out-03	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	793,00	0,00
Fotocopiadores	4 157,98	Dez-04	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	4 157,98	0,00
Computadores	1 543,13	Dez-01	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 543,13	0,00
Router	5 087,84	Mai-01	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	5 087,84	0,00
Outro equipamento informático	450,42	Mar-01	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	450,42	0,00
Unidades centrais de processamento	10 585,05	Out-02	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	10 585,05	( 0,00)
Equipamento de Switching	3 034,70	Nov-02	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 034,70	0,00
Outro equipamento informático	590,06	Out-02	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	590,06	0,00
Software de aplicação	258 968,34	Out-02	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	258 968,34	0,00
Software de aplicação	49 630,72	Dez-02	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	49 630,72	0,00
Monitores	571,20	Jun-03	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	571,20	0,00
Scanners	230,00	Set-03	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	230,00	0,00
Outro equipamento informático	517,59	Mai-03	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	517,59	0,00
Software de aplicação	32 646,46	Abr-03	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	32 646,46	0,00
Software de aplicação	4 284,00	Dez-03	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	4 284,00	0,00
Computadores	5 930,96	Jul-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	5 930,96	0,00
Computadores	1 475,60	Nov-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 475,60	0,00
Computadores	1 486,31	Dez-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 486,31	0,00
Equipamento de rede	5 698,37	Jun-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	5 698,37	0,00
Impressoras	85,00	Set-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	85,00	0,00
Outro equipamento informático	410,49	Fev-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	410,49	0,00
Outro equipamento informático	388,62	Mai-04	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	388,62	0,00
Outros softwares	7 140,00	Abr-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	7 140,00	0,00
Outros softwares	714,00	Ago-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	714,00	0,00
Outros softwares	14 660,80	Ago-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	14 660,80	0,00
Outros softwares	1 135,26	Set-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 135,26	0,00
Outros softwares	13 994,40	Out-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	13 994,40	0,00
Outros softwares	13 012,65	Dez-04	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	13 012,65	0,00
Bastidores	4 236,21	Dez-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 236,21	0,00
Computadores	1 512,50	Set-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 512,50	0,00
Computadores	890,00	Out-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	890,00	0,00
Unidades centrais de processamento	3 194,02	Out-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 194,02	0,00
Unidades centrais de processamento	8 367,15	Nov-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	8 367,15	0,00
Equipamento de rede	4 013,64	Nov-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 013,64	0,00
Equipamento de Switching	6 000,39	Out-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	6 000,39	0,00
Unidades de Banda	19 893,65	Nov-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	19 893,65	0,00
Unidades de Disco	6 047,58	Nov-05	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	6 047,58	0,00
Software de aplicação	10 164,00	Nov-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	10 164,00	0,00
Software de aplicação	4 356,00	Dez-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	4 356,00	0,00
Equipamento de Switching	1 442,11	Jun-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 442,11	0,00
Software de gestão de rede	1 332,44	Mai-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 332,44	0,00
Outros softwares	7 140,00	Abr-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	7 140,00	0,00
Outros softwares	1 502,68	Jun-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 502,68	0,00
Outros softwares	1 680,01	Ago-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 680,01	0,00
Outros softwares	1 413,45	Set-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 413,45	0,00
Unidades centrais de processamento	2 870,83	Dez-05	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	2 870,83	0,00
Blocos de gavetas	187,28	Jun-05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	187,28	0,00
Blocos de gavetas	190,43	Ago-05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	190,43	0,00
Cadeiras	550,23	Jun-05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	550,23	0,00
Secretarias	537,31	Jun-05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	537,31	0,00
Secretarias	238,18	Nov-05	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	238,18	0,00
Outro mobiliário	78,18	Ago-05	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	78,18	0,00
Papeleiras	19,93	Ago-05	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	19,93	0,00
Outro mat., aparelhos, ut e inst.	14 131,64	Nov-05	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	14 131,64	0,00
Telefones	705,19	Mai-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	705,19	0,00
Outro material,aparelhos,utensilios	9 384,34	Abr-03	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	9 384,34	0,00
Outros artigos e utensilios	175,00	Ago-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	175,00	0,00
Equipamento frigorifico refrigeração	239,01	Out-03	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	239,01	0,00
Máquinas e aparelhos de cozinha	590,00	Out-03	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	590,00	0,00
Unidades centrais de processamento	4 541,13	Jun-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 541,13	0,00
Computadores	1 089,00	Jun-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 089,00	0,00
Computadores	7 744,00	Out-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	7 744,00	0,00
Computadores	968,00	Dez-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	968,00	0,00
Equipamento de rede	477,95	Mai-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	477,95	0,00
<b>A Transportar...</b>	<b>766 942,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>766 942,00</b>	<b>0,00</b>

ATIVO IMOBILIZADO - Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<b>Transporte...</b>	<b>766 942,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>766 942,00</b>	<b>0,00</b>
Equipamento de Switching	4 294,05	Mai-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 294,05	0,00
Impressoras	1 002,91	Abr-06	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	1 002,91	0,00
Impressoras	603,73	Jun-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	603,73	0,00
Impressoras	768,35	Out-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	768,35	0,00
Monitores	281,93	Jun-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	281,93	0,00
Monitores	242,00	Jul-06	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	242,00	0,00
Monitores	2 807,20	Out-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	2 807,20	0,00
Monitores	350,90	Dez-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	350,90	0,00
PC portáteis	10 886,37	Nov-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	10 886,37	0,00
Unidades de controlo	8 024,48	Ago-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	8 024,48	0,00
Unidades de controlo	968,00	Mai-07	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	968,00	0,00
Outro equipamento informático	160,93	Abr-06	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	160,93	0,00
Sistemas operativos	2 133,87	Mar-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	2 133,87	0,00
Sistemas operativos	1 388,79	Jul-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 388,79	0,00
Sistemas operativos	694,39	Nov-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	694,39	0,00
Equipamento de rede	729,18	Mar-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	729,18	0,00
Equipamento de rede	1 339,45	Nov-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 339,45	0,00
Equipamento de rede	508,20	Nov-06	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	508,20	0,00
Software de gestão de rede	83,76	Mar-06	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	83,76	0,00
Armários	1 675,85	Dez-06	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	1 675,85	0,00
Secretárias	237,00	Mar-06	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	237,00	0,00
Outras máquinas e aparelhos	914,76	Jul-06	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	914,76	0,00
Outro equipamento de utilização específica	1 833,15	Ago-06	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 833,15	0,00
Computadores	8 712,00	Abr-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	8 712,00	0,00
Computadores	3 085,50	Ago-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 085,50	0,00
Unidades centrais de processamento	15 651,35	Dez-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	15 651,35	0,00
Unidades de Disco	1 306,80	Dez-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 306,80	0,00
Monitores	344,00	Jan-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	344,00	0,00
Monitores	1 940,36	Abr-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 940,36	0,00
Monitores	820,38	Ago-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	820,38	0,00
PC portáteis	7 757,92	Dez-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	7 757,92	0,00
Outro equipamento informático	1 885,18	Jun-07	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 885,18	0,00
Sistemas operativos	1 920,27	Jan-07	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 920,27	0,00
Sistemas operativos	3 335,97	Mar-07	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 335,97	0,00
Máquinas e aparelhos de cozinha	249,00	Jun-07	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	249,00	0,00
Bastidores	6 843,60	Dez-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	6 843,60	0,00
Computadores	8 712,00	Fev-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	8 712,00	0,00
Equipamento de Switching	7 506,98	Dez-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	7 506,98	0,00
Impressoras	483,75	Mar-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	483,75	0,00
Impressoras	525,14	Abr-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	525,14	0,00
Impressoras	195,00	Mai-08	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	195,00	0,00
Monitores	1 936,00	Fev-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 936,00	0,00
Monitores	955,20	Set-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	955,20	0,00
Monitores	199,99	Nov-08	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	199,99	0,00
PC portáteis	1 563,60	Set-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 563,60	0,00
Projector de imagem de ecrã	670,00	Jul-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	670,00	0,00
Unidades centrais de processamento	14 436,24	Dez-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	14 436,24	0,00
Unidade de disco	2 080,00	Mai-08	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	2 080,00	0,00
Sistemas operativos	4 749,49	Mar-08	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	4 749,49	0,00
Software de aplicação	8 470,00	Jun-08	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	8 470,00	0,00
Software de aplicação	7 200,00	Dez-08	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	7 200,00	0,00
Software de rede	1 476,00	Ago-08	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 476,00	0,00
Blocos de gavetas	584,64	Dez-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	584,64	0,00
Cadeiras	2 279,64	Mar-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	2 279,64	0,00
Divisórias amovíveis	449,34	Out-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	449,34	0,00
Mesas	298,87	Mar-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	298,87	0,00
Secretárias	4 678,83	Mar-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	4 678,83	0,00
Secretárias	586,46	Dez-08	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	586,46	0,00
Outro mobiliário	229,90	Mar-08	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	229,90	0,00
Televisores	2 040,00	Jan-08	0,00	0,00	0,00	14,28%	0,00	2 040,00	0,00
Bastidores	1 339,20	Jun-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	69,75	1 339,20	0,00
Computadores	16 954,53	Abr-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	16 954,53	0,00
Unidades centrais de processamento	5 261,25	Abr-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	5 261,25	0,00
Impressoras	1 155,60	Mar-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 155,60	0,00
Monitores	1 093,03	Ago-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 093,03	0,00
PC portáteis	6 851,82	Dez-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	6 851,82	0,00
Router	17 580,42	Mai-09	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	17 580,42	0,00
Sistemas operativos	1 446,96	Fev-09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 446,96	0,00
Software de aplicação	5 011,68	Mar-09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	5 011,68	0,00
Software de aplicação	11 532,00	Abr-09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	11 532,00	0,00
Software de aplicação	528,00	Dez-09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	528,00	0,00
Software de comunicações	3 913,92	Jun-09	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 913,92	0,00
Armários	1 053,60	Out-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	98,77	1 053,60	0,00
Cofres	381,60	Dez-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	43,72	381,60	0,00
Estantes	3 555,24	Jul-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	222,18	3 555,24	0,00
<b>A Transportar...</b>	<b>1 012 689,50</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>434,42</b>	<b>1 012 689,50</b>	<b>0,00</b>

ATIVO IMOBILIZADO – Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<b>Transporte...</b>	<b>1 012 689,50</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>434,42</b>	<b>1 012 689,50</b>	<b>0,00</b>
Estantes	15 598,81	Out-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	1 462,40	15 598,81	0,00
Estantes	5 378,04	Dez-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	616,20	5 378,04	0,00
Blocos de gavetas	215,38	Jan-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	215,38	0,00
Secretárias	226,10	Jan-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	0,00	226,10	0,00
Outras máquinas e aparelhos	1 932,97	Dez-09	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	1 932,97	0,00
Aparelhos de ar condicionado	6 784,80	Jun-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	353,37	6 784,80	0,00
Aparelhos de ar condicionado	2 086,80	Dez-09	0,00	0,00	0,00	12,50%	239,11	2 086,80	0,00
Dispositivos de sinalização	1 500,00	Dez-09	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00	1 500,00	0,00
Bastidores	2 542,56	Mai-10	0,00	0,00	0,00	12,50%	317,82	2 436,62	105,94
Computadores	4 757,20	Dez-10	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	4 757,20	0,00
Monitores	1 002,40	Dez-10	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	1 002,40	0,00
Impressoras	3 724,80	Fev-10	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 724,80	0,00
Impressoras	3 689,82	Nov-10	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	3 689,82	0,00
Software de comunicações	29 577,12	Jun-10	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	29 577,12	0,00
Software de rede	13 276,43	Set-10	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	13 276,43	0,00
Outros softwares	900,00	Fev-10	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	900,00	0,00
Outros softwares	3 312,00	Mai-10	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 312,00	0,00
Outros softwares	4 307,60	Set-10	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	4 307,60	0,00
Outros softwares	228,52	Dez-10	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	228,52	0,00
Software de gestão de rede	3 279,88	Dez-11	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 279,88	0,00
Sistemas operativos	1 058,12	Abr-11	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 058,12	0,00
Software de base	12 532,65	Abr-11	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	12 532,65	0,00
Unidades de disco	6 034,97	Out-12	0,00	0,00	0,00	25,00%	0,00	6 034,97	0,00
Sistemas operativos	908,58	Abr-12	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	908,58	0,00
Software de base	2 316,48	Jun-12	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	2 316,48	0,00
Outros softwares	3 758,69	Fev-12	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 758,69	0,00
Outros softwares	228,83	Mar-12	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	228,83	0,00
Computadores	4 582,68	Dez-13	0,00	0,00	0,00	25,00%	1 050,20	4 582,68	0,00
Monitores	962,65	Dez-13	0,00	0,00	0,00	25,00%	220,61	962,65	0,00
Sistemas operativos	1 581,25	Mai-13	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	1 581,25	0,00
Outros softwares	3 584,86	Jun-13	0,00	0,00	0,00	33,33%	0,00	3 584,86	0,00
Equipamento frigorífico refrigeração	348,74	Jul-13	0,00	0,00	0,00	14,28%	49,80	224,13	124,61
Selos brancos e sinetas	1 003,02	Dez-13	0,00	0,00	0,00	12,50%	125,38	511,97	491,05
Central telefônica	976,51	Jun-14	0,00	0,00	0,00	12,50%	122,06	437,38	539,13
Outros softwares	1 056,64	Nov-14	0,00	0,00	0,00	33,33%	293,58	1 056,64	0,00
Armários	4 587,90	Dez-14	0,00	0,00	0,00	12,50%	573,49	1 768,26	2 819,64
Computadores	15 686,19	Dez-15	0,00	0,00	0,00	25,00%	3 921,55	8 169,90	7 516,29
Impressoras	2 086,77	Jul-15	0,00	0,00	0,00	25,00%	521,70	1 304,25	782,52
Software de aplicação	3 103,14	Mar-15	0,00	0,00	0,00	33,33%	1 034,28	2 930,46	172,68
Software de comunicações	150,42	Dez-15	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	150,42	0,00
Central telefônica	1 008,60	Set-15	0,00	0,00	0,00	12,50%	126,08	294,19	714,41
Unidades centrais de processamento	16 985,48	Dez-16	0,00	0,00	0,00	25,00%	4 246,37	4 600,23	12 385,25
Unidades de disco	11 304,52	Dez-16	0,00	0,00	0,00	25,00%	2 826,13	3 061,64	8 242,88
Cadeiras	1 900,35	Abr-16	0,00	0,00	0,00	12,50%	237,54	415,70	1 484,65
Retentores portas corta-fogo	1 768,74	Out-17	0,00	0,00	0,00	25,00%	110,55	110,55	1 658,19
Quadro de Paulo Neves	2 100,00	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	2 100,00
Quadro de Alfredo Coelho	3 403,40	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	3 403,40
Quadro de Costa Leite	1 285,20	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	1 285,20
Quadro de Vasco Torres	3 534,30	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	3 534,30
Serigrafia de Resende	803,25	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	803,25
Serigrafia de Paulo Neves	642,60	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	642,60
Quadro de Francisco Geraldo	5 085,00	Ago-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	5 085,00
Cómoda de D.João V	1 500,00	Set-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	1 500,00
Travessa de porcelana da China	895,00	Out-03	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	895,00
<b>Total</b>	<b>1 235 776,27</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>18 882,64</b>	<b>1 179 490,20</b>	<b>56 286,07</b>

8.2.31 – Movimento Ocorrido no Exercício nas Contas de Provisões

PROVISÕES ACUMULADAS					
Contas	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
292	Provisões para riscos e encargos	218 549,12	53 089,15	25 360,80	246 277,47

Na sequência do relatório nº 29/2010 do Tribunal de Contas (processo nº 05/2009 – Audit), bem como do parecer nº 7/2012 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, o Conselho Diretivo do IGFCSS,IP decidiu proceder à suspensão de algumas componentes

remuneratórias que vinham sendo abonadas aos trabalhadores bem como solicitar a reposição de valores pagos indevidamente no passado.

Tendo em conta a interposição de processos judiciais pela maioria dos colaboradores, o Conselho Diretivo decidiu, em 2012, proceder à constituição de uma provisão para fazer face a uma eventual decisão desfavorável, que leve à necessidade de proceder ao pagamento dos valores não pagos.

Não tendo havido, até final do exercício qualquer decisão definitiva proferida pelos tribunais, em 2017 reforça-se essa provisão em 27 728,35€, ascendendo a mesma a 175 577,12€.

Na sequência de interposição de recurso à sentença proferida a 07.03.2013 pelo Tribunal do Trabalho de Cascais, no âmbito de um processo que opõe uma colaboradora ao Instituto, o referido Tribunal instou o IGFCSS,IP a prestar caução no valor de 60 000€, tendo sido devolvida em fevereiro de 2017.

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 09.07.2014 veio confirmar a sentença, alterando apenas o valor da indemnização por danos não patrimoniais dos 20 000€ decididos em 1ª instância, para 10 000€.

Após trânsito em julgado da respetiva sentença, a Autora apresentou ao IGFCSS,IP a sua proposta de liquidação do seu pedido pelo valor total de 80 700,35€, correspondente a:

- ✓ 13 980,35€, referentes ao diferencial entre o vencimento pago e o vencimento que auferia enquanto diretora, de Junho de 2007 inclusive, em diante;
- ✓ 56 720,00€, referentes ao diferencial entre o valor do subsídio de doença que lhe foi pago entre 2007 e 2011 e aquele que teria recebido se a base de incidência daquele subsídio fosse o seu vencimento enquanto diretora;
- ✓ 10 000,00€, relativos à indemnização por danos extrapatrimoniais.

Em Novembro de 2014, o IGFCSS,IP pagou o valor correspondente à indemnização por danos extrapatrimoniais e não aceitou a demais liquidação por sobre a mesma impenderem sérias dúvidas.

Nessa sequência, o IGFCSS,IP solicitou esclarecimentos à Autora e ao Instituto de Segurança Social, IP, que à data de fecho de contas ainda não haviam sido prestados. Assim, atentas as dúvidas acima mencionadas, o IGFCSS,IP aguarda ação de liquidação de sentença, tendo no entanto, por mera cautela, provisionado a totalidade do montante reclamado pela Autora.

### 8.2.32 – Movimento Ocorrido no Exercício nos Fundos Próprios do IGFCSS,IP

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Fundos Próprios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 podem ser analisados como segue:

MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Contas	Saldo Inicial	Movimentos do Exercício		Saldo Final	Observações
		Variações	Transferências		
577 - Reservas decorrentes da transferência de ativos					
5772 - De imobilizações Corpóreas	203 351,05			203 351,05	
5778 - De Outros Ativos	185 712,14			185 712,14	
59 - Resultados Transitados					
592 - Regularizações de Grande Significado	(18 574,88)			(18 574,88)	
599 - Resultados Transitados - Outros	(370 488,31)			(370 488,31)	
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

### 8.2.35 – Repartição do Valor Líquido das Vendas e das Prestações de Serviços por Mercado

O valor das vendas e prestações de serviços pode ser decomposto como segue:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Contas	Designação	Mercado Interno	
		31.12.2017	31.12.2016
712	Prestações de Serviços		
	FCR	62 817,50	58 438,00
	FCT	134 715,15	229 472,51
		<b>197 532,65</b>	<b>287 910,51</b>

O valor inscrito na rubrica “FCR” refere-se aos custos de gestão, conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 15.º da Portaria n.º 212/2008 de 29 de fevereiro (Regulamento de Gestão do Fundo dos Certificados de Reforma).

De acordo com a deliberação do Conselho Diretivo de 31.03.2016, a provisão a constituir pelo FCR corresponde a 0,15% do valor da carteira (0,29% até 2015). (Nota 8.2.38).

O montante proveniente do FCT compreende a despesa por incumprimento da entrega por parte das entidades empregadoras, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento n.º 390-B/2013 de 14 de outubro (Regulamento de Gestão do Fundo de Compensação do Trabalho).

Esta receita a partir de 27 de junho de 2017, com a publicação do Aviso n.º 7138/2017, passou a ser atribuída ao Fundo de Compensação do Trabalho, de acordo com as alterações ao Regulamento de Gestão do Fundo de Compensação do Trabalho, aprovadas pelo conselho de gestão do FCT.

### 8.2.37 – Demonstração dos Resultados Financeiros

As demonstrações dos resultados financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser detalhadas como segue:

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros Suportados	1 197,28	0,00	781	Juros Obtidos	2 020,31	4 763,00
688	Outros Custos e Perdas Financ	1 460,83	1 098,49	788	Outros Prov e Ganhos Financ	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	(637,80)	3 664,51				
		<b>2 020,31</b>	<b>4 763,00</b>			<b>2 020,31</b>	<b>4 763,00</b>

O valor registado na rubrica ‘Juros suportados’ corresponde a juros moratórios pagos a uma colaboradora, na sequência do Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte de 7 de abril de 2017 (Processo 1770/13.BEPRT).

A rubrica ‘Outros custos e perdas financeiras’ representa os encargos com serviços bancários.

O valor inscrito na rubrica ‘Juros obtidos’ pode ser discriminado como segue:

JUROS OBTIDOS		
	Exercício	
	2017	2016
Depósitos à Ordem	879,26	718,37
Depósitos a Prazo	1 141,05	4 044,63
	<b>2 020,31</b>	<b>4 763,00</b>

### 8.2.38 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

As demonstrações dos resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser detalhadas como segue:

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
697	Correções relativas a exercícios anteriores	24 275,24	47 252,99	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
698	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	134 613,90	64 935,55
	Resultados Extraordinários	110 338,66	17 682,56				
		<b>134 613,90</b>	<b>64 935,55</b>			<b>134 613,90</b>	<b>64 935,55</b>

O valor registado na rubrica ‘Correções relativas a exercícios anteriores’ corresponde ao acerto do excesso da provisão criada em 2016 da comissão de gestão do FCR. Nos termos do regulamento de gestão do FCR, este deverá pagar anualmente uma comissão de gestão fixa até que se encontrem cobertos os custos diretos incorridos pelo IGFCSS,IP com a implementação do Regime Público de Capitalização. Com a cobertura dos custos relativos ao investimento inicial procedeu-se à anulação do proveito reconhecido em 2016. (Nota 8.2.35)

O valor inscrito na rubrica ‘Outros proveitos e ganhos extraordinários’ refere-se às transferências, do FEFSS para o IGFCSS,IP, da componente receitas de capital com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4), refletindo o impacto da aplicação do princípio da especialização dos exercícios no que respeita ao valor das despesas de capital incorridas no exercício.



## 8.2.39 – Outras Informações Consideradas Relevantes para Melhor Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

### 8.2.39.1 – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estas rubricas podem ser detalhadas conforme a tabela abaixo:

DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO			
Contas	Designação	2017	2016
24	Estado e Outros Entes Públicos		
2453	Segurança Social	2 622,24	2 622,24
26	Outros Devedores		
2689952	Depósitos de Garantia	0,00	60 000,00
	<b>Total</b>	<b>2 622,24</b>	<b>62 622,24</b>

### 8.2.39.2 – Conta no Tesouro, Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA			
Contas	Designação	2017	2016
1211	Depósitos à Ordem	801 444,26	1 267 210,52
11	Caixa	1 267,48	1 443,98
	<b>Total</b>	<b>802 711,74</b>	<b>1 268 654,50</b>

O saldo de Depósitos à ordem e Caixa, é composto pelo saldo de gerência apurado em 31 de Dezembro de 2017 no montante de 305 209,08€ (997 400,40€ em 2016), que deverá, de acordo com o nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 203/2012, de 28 de Agosto, transitar para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e pelo saldo registado em operações de tesouraria, no qual está incluído o valor de 475 806,25€ (249 072,89€ em 2016), correspondente aos valores em trânsito a entregar às entidades empregadoras no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). (Nota 8.2.39.2)

Tendo em consideração o previsto no nº 3 do artigo 48º da Lei 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei 52/2011, de 13 de Outubro, a utilização do saldo de gerência carece de Despacho Conjunto dos Ministros responsáveis pelas áreas das Finanças e da Segurança Social, o qual não tinha ocorrido à data de 31 de Dezembro de 2017. Encontra-se registado em 31.12.2017 na subconta '2684412 – Credores por Transferências' o montante a devolver ao FEFSS em 2018, após aprovação da integração do referido saldo (305 209,08€).

### 8.2.39.3 – Acréscimos e Diferimentos – Ativo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

## ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)

Contas	Designação	2017		2016	
		Saldo	Total	Saldo	Total
2711	Juros a Receber				
27111	Juros a Receber D/O	59,31	59,31	10,10	10,10
2719	Outros Acréscimos de Proveitos	524 429,50	524 429,50	471 258,42	471 258,42
271	<b>Acréscimo de Proveitos</b>		<b>524 488,81</b>		<b>471 268,52</b>
272	Custos Diferidos				
2721	Seguros	498,49		405,39	
2722	Rendas Adiantadas	7 927,55		7 874,40	
2729	Outros Custos Diferidos	16 777,72	25 203,76	17 909,98	26 189,77
272	<b>Custos Diferidos</b>		<b>25 203,76</b>		<b>26 189,77</b>

Do valor inscrito na rubrica 'Outros acréscimos de proveitos', 79 851,06€ corresponde à estimativa da comissão de gestão do FCR a receber em abril de 2018. O remanescente diz respeito ao acréscimo de proveitos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7.

Na rubrica 'Outros custos diferidos' estão principalmente registados pagamentos efetuados no exercício, relativos a serviços de informação financeira.

#### 8.2.39.4 – Dívidas a Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

## DÍVIDAS A TERCEIROS – CURTO PRAZO

Contas	Designação	2017	2016
22	Fornecedores		
221	Fornecedores, C/C	62,13	91,51
24	Estado e Outros Entes Públicos		
2453	Segurança Social	21 696,43	22 181,23
26	Outros Credores		
2684412	Credores por transferências correntes	305 209,08	997 400,40
268956	Empregadores FCT	475 806,25	249 072,89
	<b>Total Outros Credores</b>	<b>781 015,33</b>	<b>1 246 473,29</b>
	<b>Total</b>	<b>802 773,89</b>	<b>1 268 746,03</b>

O valor registado na rubrica 'Credores por Transferências Correntes' corresponde ao saldo de gerência de 2017 do IGFCSS,IP a ser transferido em 2018 para o FEFSS, após despacho de aprovação do saldo.

O montante inscrito na rubrica 'Empregadores FCT' corresponde a valores em trânsito, a entregar às entidades empregadoras no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho.

Com efeito, tendo em conta que os valores a reembolsar às entidades empregadoras, nos termos do artigo 34º da Lei 70/2013, lhes são transferidos através da articulação entre o sistema de suporte ao Fundo de Compensação do Trabalho (GFCT) e um sistema da segurança social (SICC), os valores resgatados ao Fundo para esse efeito são previamente transferidos para uma conta bancária da entidade gestora, sendo esta a responsável pela respetiva entrega aos empregadores.

### 8.2.39.5 – Acréscimos e Diferimentos – Passivo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)					
Contas	Designação	2017		2016	
		Saldo	Total	Saldo	Total
273	Acréscimos de Custos				
2732	Remunerações a Liquidar	193 970,82	193 970,82	192 886,75	192 886,75
2739	Outros acréscimos de custos	86 800,63	86 800,63	122 363,38	122 363,38
273	<b>Acréscimo de Custos</b>		<b>280 771,45</b>		<b>315 250,13</b>
2745	Subsídios para Investimento	56 286,07	56 286,07	73 399,97	73 399,97
2749	Outros Proveitos Diferidos	25 203,74	25 203,74	26 189,75	26 189,75
274	<b>Proveitos Diferidos</b>		<b>81 489,81</b>		<b>99 589,72</b>

Do valor inscrito em ‘Outros Acréscimos de Custos’, (21 874,70€) dizem respeito ao acréscimo de custos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7. O valor inscrito em ‘Outros Proveitos Diferidos’ diz respeito ao diferimento de proveitos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7.

### 8.2.39.6 – Remunerações dos Órgãos Sociais

Foram atribuídas aos membros dos órgãos sociais, no decorrer dos exercícios de 2017 e de 2016, as seguintes remunerações relacionadas com o exercício das suas funções:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS			
		2017	2016
Conselho Diretivo	Presidente	84 811,14	82 346,90
	Vice-Presidente	77 060,07	74 415,54
	Vogal	72 707,44	70 554,13
Fiscal Único	Horwath & Associados, SROC, Lda	13 641,48	13 641,48

### 8.2.39.7 – Transferências Correntes Obtidas

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OBTIDAS			
Contas	Designação	31-12-2017	31-12-2016
742	Transferências Correntes Obtidas		
	FEFSS	2 252 956,90	2 882 424,33
	<b>Total</b>	<b>2 252 956,90</b>	<b>2 882 424,33</b>

Do valor inscrito na rubrica ‘Transferências correntes obtidas – FEFSS’, 2 182 500,00€ referem-se às transferências, do FEFSS para o IGFCS,IP, da componente receitas correntes com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.4). O remanescente, no valor de 70 456,90€, corresponde ao valor líquido dos acréscimos e diferimentos mencionados na nota 8.2.2.

### 8.2.39.8 – Declarações Relativas ao nº 3 do artigo 15º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro

#### Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31.12.2017

COMPROMISSOS PLURIANUAIS	
Ano	Montante
2018	1 063 520,93
2019	720 880,63
2020	285 933,85
2021	175 890,00
Seguintes	44 280,00

#### Declaração de Pagamentos em Atraso em 31.12.2017

Não existem pagamentos em atraso.

#### Declaração de Recebimentos em Atraso em 31.12.2017

Não existem recebimentos em atraso.

## 8.3 – Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

### 8.3.1 – Alterações Orçamentais

#### ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA

Classificação Económica			Dotações Iniciais (3)	Alterações Orçamentais				Reposições abalizadas nos pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=3+4-5+6+7+8	Observações (10)
Código (1)	POC/SSS	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)	Modificações na redacção da rubrica (7)			
				Reforços (4)	Anulações (5)					
<b>0101</b>		<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>1 637 807,00</b>	<b>16 800,00</b>	<b>16 800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 637 807,00</b>	
010102	6411/6416	Órgãos sociais	167 010,00	0,00	0,00				167 010,00	
01010301	6421111/64229	Pessoal dos quadros - FP	638 989,00	16 500,00	0,00				655 489,00	
01010304		Recrutamento pessoal novos postos de trabalho	184 119,00	0,00	0,00				184 119,00	
010108		Pessoal aguardando aposentação	500,00	0,00	0,00				500,00	
010111	64134/642281	Representação	102 432,00	0,00	0,00				102 432,00	
010112	642285/642286	Suplementos e prémios	339 107,00	0,00	16 800,00				322 307,00	
010113	64131/642241	Subsídio de refeição	55 414,00	0,00	0,00				55 414,00	
01011401	6412/642112	Subsídio de férias	74 868,00	0,00	0,00				74 868,00	
01011402	6412/642112	Subsídio de Natal	74 868,00	300,00	0,00				75 168,00	
010115		Remunerações por doença mat / pat	500,00	0,00	0,00				500,00	
<b>0102</b>		<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>84 283,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>84 283,00</b>	
010202		Horas extraordinárias	500,00	0,00	0,00				500,00	
010204	64132	Ajudas de custo	3 000,00	0,00	0,00				3 000,00	
01021201		Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	70 700,00	0,00	0,00				70 700,00	
01021202	6486	Programa de rescisões por mútuo acordo	500,00	0,00	0,00				500,00	
01021203	6486	Indemnizações por danos não patrimoniais	0,00	0,00	0,00				0,00	
010213		Outros suplementos e prémios	5 000,00	0,00	0,00				5 000,00	
010214	642283	Outros abonos numerário ou espécie	4 583,00	0,00	0,00				4 583,00	
<b>0103</b>		<b>Segurança social</b>	<b>334 438,00</b>	<b>250,00</b>	<b>250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>334 438,00</b>	
01030101		Encargos com a saúde - ADSE	0,00	250,00	0,00				250,00	
01030501	6452	Contribuições para a CGA	76 381,00	0,00	0,00				76 381,00	
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	257 557,00	0,00	0,00				257 557,00	
010309		Seguros	500,00	0,00	250,00				250,00	
<b>0201</b>		<b>Aquisição de bens</b>	<b>28 860,00</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>28 860,00</b>	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	7 560,00	0,00	0,00				7 560,00	
020104	62234	Limpeza e higiene	2 300,00	0,00	0,00				2 300,00	
020108	62217	Material de escritório	12 000,00	0,00	0,00				12 000,00	
020112		Material de transporte - Peças	500,00	0,00	0,00				500,00	
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2 000,00	500,00	0,00				2 500,00	
020118	62216	Livros e documentação técnica	2 000,00	0,00	0,00				2 000,00	
020121	622981	Outros bens	2 500,00	0,00	500,00				2 000,00	
<b>0202</b>		<b>Aquisição de serviços</b>	<b>1 081 003,00</b>	<b>2 800,00</b>	<b>2 800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 081 003,00</b>	
020201	62211/62213/6229821111	Encargos das instalações	58 600,00	0,00	0,00				58 600,00	
020202	62234	Limpeza e higiene	18 000,00	0,00	0,00				18 000,00	
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	17 500,00	0,00	0,00				17 500,00	
02020402	622191	Locação de edifícios - Outras entidades	97 620,00	0,00	800,00				98 420,00	
02020403		Princípio Onerosidade	26 040,00	800,00	0,00				26 840,00	
020206		Locação de material de transporte	22 140,00	0,00	0,00				22 140,00	
020209	62222	Comunicações	13 985,00	0,00	0,00				13 985,00	
020212	62223	Seguros	950,00	0,00	0,00				950,00	
020213	62227	Deslocações e estadas	15 000,00	0,00	0,00				15 000,00	
020214		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	500,00	0,00	0,00				500,00	
020215	6483	Formação	18 000,00	0,00	0,00				18 000,00	
020217		Publicidade	500,00	0,00	0,00				500,00	
020218	62235	Vigilância e segurança	3 200,00	0,00	0,00				3 200,00	
020219	62245	Assistência técnica	104 675,00	2 000,00	0,00				106 675,00	
02022002	62236	Outros trabalhos especializados	628 393,00	0,00	0,00				628 393,00	
020225	622982	Outros serviços	55 900,00	0,00	2 000,00				53 900,00	
<b>0305</b>		<b>Outros juros</b>	<b>0,00</b>	<b>1 200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 200,00</b>	
030502		Outros	0,00	1 200,00	0,00				1 200,00	
<b>0306</b>		<b>Juros e outros encargos</b>	<b>3 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 800,00</b>	
030601	68818	Outros encargos financeiros	3 000,00	0,00	1 200,00				1 800,00	
<b>04</b>		<b>Transferências correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>997 400,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>997 400,40</b>	
0406	63115	Segurança social	0,00	997 400,40	0,00				997 400,40	
<b>07</b>		<b>Aquisição de bens e investimento</b>	<b>235 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>235 000,00</b>	
070107	426	Material de informática	50 000,00	0,00	0,00				50 000,00	
070108	426	Software informático	160 000,00	0,00	0,00				160 000,00	
070109	426	Equipamento administrativo	10 000,00	0,00	0,00				10 000,00	
070115	429	Outros investimentos	15 000,00	0,00	0,00				15 000,00	
<b>0602</b>		<b>Outras despesas correntes</b>	<b>1 600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 600,00</b>	
060201	622982114	Impostos e taxas	1 500,00	0,00	0,00				1 500,00	
060203		Outras	100,00	0,00	0,00				100,00	
		<b>TOTAL</b>	<b>3 405 991,00</b>	<b>1 018 950,40</b>	<b>21 550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 403 391,40</b>	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - RECEITA

Código (1)	POCISSS	Classificação Económica Descrição (2)	Previsões Iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas (7)=3+4+5-6	Observações (8)
				Créditos Especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
<b>05</b>		<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>8 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 000,00</b>	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	8 000,00		0,00		8 000,00	
<b>06</b>		<b>Transferências correntes</b>	<b>3 122 491,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 122 491,00</b>	
0606		Segurança Social						
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	3 122 491,00		0,00		3 122 491,00	
<b>07</b>		<b>Vendas de bens e serviços correntes</b>	<b>40 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40 000,00</b>	
0702	712	Serviços	40 000,00		0,00		40 000,00	
<b>10</b>		<b>Transferências</b>	<b>235 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>235 000,00</b>	
10060103	798311628	Segurança Social	235 000,00		0,00		235 000,00	
<b>15</b>		<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>	<b>500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>500,00</b>	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00		0,00		500,00	
<b>16</b>		<b>Outras receitas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 057 400,40</b>	<b>0,00</b>	<b>1 057 400,40</b>	
		<b>Total</b>	<b>3 405 991,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 057 400,40</b>	<b>0,00</b>	<b>4 463 391,40</b>	

8.3.2 - Contratação Administrativa

Situação dos Contratos

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mals	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mals	
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	AQ SMT - ESPAP	12-11-2014	5 039,48			31-12-2014	117,01			4 060,55			Foi descabimentado 978,93€.
Vieira de Almeida & Associados - Sociedade de Advogados R.L.	Assessoria Jurídica - EMIR - European Market Infrastructure Regulation	15-07-2015	6 150,00			26-08-2016	0,00			1 476,00			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Prestação de serviços de telefónico fixo - Lisboa. Acordo Quadro-SVDF	01-06-2015	480,00			20-10-2015	32,63			251,34			Foi descabimentado 228,66€.
BAS - Sociedade de Advogados, R.L.	Mandato judicial para defesa do IGCSS no âmbito dos processos judiciais movidos p/ colaboradores no Tribunal Administrativo	14-03-2016	19 188,00			23-06-2016	0,00			5 910,15			
BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	Combustíveis Acordo Quadro	01-07-2015	14 760,00			28-09-2015	3 799,36			10 026,20			Foi descabimentado 4.733,80€.
Galp Power, S.A.	Fornecimento de electricidade	02-11-2015	92 250,00			09-12-2015	20 249,41			43 464,81			
Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.	Auditoria e Certificação de Contas - 2015 a 2016	02-12-2015	43 824,41			28-12-2015	14 608,71			43 824,41			
Bloomberg (valor em USD)	Prestação informação rel.c/ mercados monetário e de capitais	03-04-2016	805 217,04	2119/2016, 2268/2016	13-10-2016	24-10-2016	315 184,00			565 677,00			Contravator (C) em 2016: 284.116,33; Contravator (C) em 2017: 344.138,08.
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software	Assistência técnica aplicação informática do Sistema de Gestão de Ativos	07-11-2016	237 396,15			28-12-2016	67 693,04			83 724,55			
Servisan - Produtos de Higiene, S.A.	Aquisição de Produtos de Higiene e Limpeza - A. Quadro	01-11-2016	5 972,49			27-01-2017	923,06			923,06			
Prosegur - Companhia de Segurança Unipessoal, Lda.	Recolha e guarda de suportes informáticos (Contrato antigo)	01-06-2016	3 099,60			26-07-2016	1 291,50			3 099,60			
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais (Pré Pago - antigo)	10-04-2016	1 000,00			06-12-2016	400,00			700,00			Foi descabimentado 300,00€
Timberlake Consultores, Lda	Licença Eviews (Contrato Antigo)	07-05-2016	1 838,85			27-03-2017	1 838,85			1 838,85			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Serviços de dados, acesso à internet e conectividade (contrato antigo)	01-08-2016	600,00			07-10-2016	147,32			254,35			Foi descabimentado 345,65€
Iberlim - Sociedade Técnica de Limpeza, S.A.	Serviço de limpeza Porto - Lx e Pt	01-11-2016	45 272,45			28-12-2016	15 090,72			16 348,29			
Max One - Material de Escritório, Lda.	Aquisição de Papel - Acordo Quadro	01-01-2017	223,86			29-12-2017	223,86			223,86			
OHMTécnica - Representação de Marcas, Lda.	Aquisição de Material de Económato - Acordo Quadro	01-01-2017	337,07			26-07-2017	241,18			241,18			Foi descabimentado 95,89€
MEO - Serviços de Comunicação Multimédia, S.A.	SMT - Serviço Móvel Terrestre - Acordo Quadro	01-06-2017	9 360,00			22-06-2017	470,25			470,25			
StepPulsar - Serviços Portugal, Lda.	Aquisição de Consumíveis de Impressão - Acordo Quadro	01-01-2017	249,06			26-10-2017	249,06			249,06			
Eden Springs - Portugal, S.A.	Aquisição de Garrafas de água	01-01-2017	511,94			23-06-2017	401,70			401,70			Foi descabimentado 110,24€
Staples Portugal - Equipamentos de Escritório, S.A.	Aquisição de garrafas de água	01-01-2017	170,18			29-12-2017	39,87			39,87			Foi descabimentado 130,31€
NOS - Comunicações, S.A.	Serviços de TV por cabo	01-01-2017	778,63			25-01-2017	754,36			754,36			Foi descabimentado 24,27€
Nortecópia - Equipamentos de Escritório, Lda.	Manutenção das Fotocopiadoras	01-01-2017	858,32			27-01-2018	858,32			858,32			
Sagies-Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	Higiene e saúde no trabalho	01-01-2017	3 055,60			24-02-2017	1 527,80			1 527,80			
APR - Management Solutions	Contrato de assistência Básica do software GIN	01-01-2017	2 128,61			27-01-2017	2 128,61			2 128,61			
ATM - Manutenção Total	Copritrato de Manutenção do Ar condicionado	01-01-2017	1 290,29			26-04-2017	1 290,29			1 290,29			
Trulynolen-Est. Serv. Protecção Ambiental, Lda.	Serviço de controlo de murídeos	14-02-2017	215,25			24-02-2017	215,25			215,25			
Prosegur - Companhia de Segurança, Unipessoal, Lda.	Recolha e guarda de suportes informáticos (Contrato Novo)	01-06-2017	3 099,60			23-06-2017	1 808,10			1 808,10			
Esil - Parques de Estacionamento, S.A.	Estacionamento do veículo 94-14-0C na via pública	01-01-2017	1 162,80			24-02-2017	1 162,80			1 162,80			
CML - Câmara Municipal de Lisboa	Estacionamento do veículo 45-73-XB na via pública	01-01-2017	875,00			27-03-2017	875,00			875,00			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	SMT - Serviço Móvel Terrestre - (Contrato Intercalar)	01-01-2017	1 170,75			31-03-2017	377,91			377,91			Foi descabimentado 792,84€
VortalComercio Electronico Consultadoria e Multimédia, S.A.	Plataforma Electrónica de Contratação Pública - (Contrato Intercalar)	01-01-2017	1 230,00			24-02-2017	1 230,00			1 230,00			
Aquário - Comércio de Electrónica, Lda.	Aquisição de Lâmpadas LED	18-01-2017	30,96			18-01-2017	30,96			30,96			
Paulo S. Conde, Lda.	Aquisição de Consumíveis	24-02-2017	3 185,80			24-02-2017	3 185,80			3 185,80			
<b>A Transportar...</b>							<b>487 400,81</b>						

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – Continuação

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Propos	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Propos	Trabalhos a Mais	
	<b>Transporta...</b>						<b>487 400,81</b>						
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software, S.A.	Migração do Sistema Aplicacional de Gestão de Ativos para o novo cluster Informático	15-03-2017	3 075,00			26-05-2017	3 075,00			3 075,00			
APR - Management Solutions	Migração do Sistema aplicacional de apoio à contabilidade para o novo cluster Informático	15-03-2017	2 337,00			26-05-2017	2 337,00			2 337,00			
Ceger - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	Aquisição de 1 cartão de Certificação Eletrónica	26-01-2017	150,00			24-02-2017	150,00			150,00			
Ceger - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	Aquisição de 1 cartão de Certificação Eletrónica	02-02-2017	150,00			24-02-2017	150,00			150,00			
Iten Solutions - Sistemas de Informação, S.A.	Aquisição de disco para o servidor que suporta o sistema aplicacional de gestão de ativos	09-02-2017	100,45			24-02-2017	100,45			100,45			
Maria Antónia Dias Pereira	Aquisição de uma coroa de flores	07-02-2017	123,00			24-02-2017	123,00			123,00			
Santogal F - Comércio e Reparação de Automóveis, S.A.	Revisão e Inspeção do veículo com a matrícula 45-73-XB	15-02-2017	871,89			24-02-2017	871,89			871,89			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	Publicação de dois atos no Diário da República	17-02-2017	108,01			09-03-2017	108,01			108,01			
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Aquisição de Combustíveis Rodoviários - (Contrato Intercalar)	08-08-2017	2 447,58			27-09-2017	1 603,57			1 603,57			Foi descabimentado 844,01€
Global Notícias - Média Group, S.A.	Publicação de um anúncio no Jornal de Notícias relativo a recrutamento de pessoal para o IGFCSS	16-03-2017	196,80			27-03-2017	196,80			196,80			
Timberlake Consultores, Lda	Licença Eviews (Contrato Antigo)	07-05-2017	1 832,70			26-04-2017	1 832,70			1 832,70			
Edirevistas - Sociedade Editorial, S.A.	Subscrição semestral do Jornal de Negócios - 1º Semestre	16-03-2017	184,10			24-03-2017	184,10			184,10			
Grant Thornton & Associados, SRDC, Lda	Auditoria e Certificação de Contas - 2017 a 2018	28-06-2017	33 825,00			27-11-2017	5 637,50			5 637,50			
MHR - Venda de Material Informático, Lda.	Aquisição de memória RAM para computadores	18-04-2017	490,00			18-04-2017	490,00			490,00			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	Publicação de um ato no Diário da República	07-04-2017	15,22			07-04-2017	15,22			15,22			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	Publicação de um ato no Diário da República	11-04-2017	25,35			11-04-2017	25,35			25,35			
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Aquisição de Combustíveis Rodoviários - (Novo Contrato)	01-12-2017	15 990,00			-	0,00			0,00			
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais (Pré Pago - novo)	10-04-2017	700,00			29-11-2017	300,00			300,00			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	Publicação de um ato no Diário da República	16-06-2017	45,66			22-06-2017	45,66			45,66			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Serviço de Telefone Fixo - A. Quadro de Voz e Dados em Local Fixo (contrato Inercalar)	01-07-2017	41,67			26-10-2017	27,78			27,78			
RibeiroMtec - Unipessoal, Lda.	Reparação da torneira do lavatório e o sifão do WC	26-07-2017	146,87			26-07-2017	146,87			146,87			
Santogal F - Comércio e Reparação de Automóveis, S.A.	Reparação do veículo com a matrícula 45-73-XB	26-07-2017	12,50			26-07-2017	12,50			12,50			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	Publicação de um ato no Diário da República	10-07-2017	15,22			17-07-2017	15,22			15,22			
Norauto Portugal - Peças e Acessórios para Automóvel, Lda.	Revisão dos 20.000 km do veículo 94-14-QC	27-06-2017	242,84			26-07-2017	242,84			242,84			
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça	Custas Judiciais	27-06-2017	1 836,00			28-06-2017	1 836,00			1 836,00			
Acin - iCloud Solutions, Lda	Plataforma Eletrónica de Contratação Pública	10-07-2017	1 845,00			27-11-2017	256,25			256,25			
ATM - Manutenção Total	Instalação de Retentores nas portas corta fogo	17-07-2017	1 768,74			26-10-2017	1 768,74			1 768,74			
Firepin - Eq. de Prevenção Contra Incêndio, Lda	Aquisição de um Extintor CO2 - 5Kg para o Pólo Técnico	14-07-2017	79,95			28-08-2017	79,95			79,95			
Frontline Systems Inc.	Assistência Técnica do API Solver	11-07-2017	1 639,77			14-07-2017	1 639,77			1 639,77			
BGR - Gestão de Resíduos, Lda.	Reparação da janela do veículo 94-14-QC	01-09-2017	35,00			27-09-2017	35,00			35,00			
Controlauto - Controlo Automóvel, S.A.	Inspeção Anual Obrigatória do veículo 94-14-QC	31-07-2017	30,70			31-07-2017	30,70			30,70			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Serviços de dados, acesso à internet e conectividade (Contrato Novo)	01-08-2017	295,20			26-10-2017	80,72			80,72			
Instituto Criap - Psicologia e Formação Avançada, Lda.	Aluguer de sala para formação	21-07-2017	67,50			27-09-2017	67,50			67,50			
Business Entity Data B.V.	Subscrição Inicial do LEI - Legal Entity Identifier - IGFCSS	07-08-2017	119,00			10-08-2017	119,00			119,00			
Paulo S. Conde, Lda.	Aquisição de Consumíveis de Impressão	20-09-2017	3 185,80			26-10-2017	3 185,80			3 185,80			
LC Power - Soluções de Energia, S.A.	Manutenção anual da UPS	20-09-2017	468,43			26-10-2017	468,43			468,43			
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, IP	Pagamento de taxas de Justiça	22-08-2017	550,80			22-08-2017	550,80			550,80			
Edirevistas - Sociedade Editorial, S.A.	Subscrição semestral do Jornal de Negócios - 2º Semestre	19-09-2017	184,10			27-09-2017	184,10			184,10			
RibeiroMtec - Unipessoal, Lda.	Reparação da torneira de boa junto ao autoclismo de um WC	19-09-2017	146,87			26-10-2017	146,87			146,87			
Aquário - Comércio de Electrónica, Lda	Aquisição de 20 lâmpadas LED Tubulares	21-09-2017	43,60			27-09-2017	43,60			43,60			
Cinet - Comunicações e Projectos, S.A.	Aquisição de duas App 's para difusão de sinal de rede WIFI	21-09-2017	127,92			22-12-2017	127,92			127,92			
Generali - Companhia de Seguros, S.A.	Seguro da Frota Automóvel do IGFCSS	16-11-2017	498,49			13-12-2017	498,49			498,49			
RMS - Raul Manuel da Silva, Lda	Aquisição de envelopes e cartões de visita	31-10-2017	344,40			-	0,00			0,00			
Happy Chance, Lda.	Reparação do veículo da marca Peugeot com a matrícula 94-14-QC	15-11-2017	206,03			27-11-2017	206,03			206,03			
RibeiroMtec - Unipessoal, Lda.	Reparação de um WC e das fechaduras de uma porta de acesso ao WC	22-11-2017	232,47			22-12-2017	232,47			232,47			
AMF - Petrolima, Lda.	Revisão e Inspeção Periódica Obrigatória do veículo 51-92-ZI	24-11-2017	421,37			22-12-2017	421,37			421,37			
Harvard Business Review - New Executives Services	Subscrição da revista Harvard Business Review	28-12-2017	115,03			29-12-2017	115,03			115,03			
The Economist Newspaper Limited	Subscrição da revista The Economist	28-12-2017	279,00			29-12-2017	279,00			279,00			
Ineoestatística - Sistemas de Informação de Imobiliário, Lda.	Assinatura da revista Confidencial Imobiliário	14-12-2017	290,00			22-12-2017	290,00			290,00			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	Publicação de um ato no Diário da República	18-12-2017	15,22			19-12-2017	15,22			15,22			
Faculdade de Economia do Porto	Doutoramento em Gestão - Especialidade em Finanças	01-01-2016	11 520,00			07-07-2016	2 250,00			4 500,00			
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Lei do Orçamento do Estado de 2017: Aínda as Aquisições de Serviços	02-02-2017	90,00			27-03-2017	90,00			90,00			
OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados	Lei do Orçamento do Estado de 2017: Perspetiva Fiscal e Contabilística	19-01-2017	32,00			27-01-2017	32,00			32,00			
Universidade Católica Portuguesa	Fixed Income Profiles and Strategies	07-04-2017	2 500,00			26-05-2017	2 500,00			2 500,00			
ISete - Inovação, Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, S.A.	Programa Avançado em Novos Desafios na Gestão Financeira Pública	01-06-2017	1 200,00			07-06-2017	1 200,00			1 200,00			
CFA Institute	CFA - Nível 3	21-09-2017	685,96			26-10-2017	685,96			685,96			
	<b>A Transportar...</b>						<b>524 528,99</b>						

## SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – Continuação

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preço	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preço	Trabalhos a Mais	
	<b>Transporte...</b>						<b>524 528,99</b>						
Opensoft - Weventual Unipessoal, Lda	Data Science with Azure Machine Learning Workbench and Docker Containers for Data Platform	11-10-2017	110,00			11-10-2017	110,00			110,00			
OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados	Encerramento das contas para o ano de 2017	03-11-2017	32,00			27-11-2017	32,00			32,00			
INA - Instituto Nacional de Administração, IP	Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados	03-11-2017	410,00			27-11-2017	410,00			410,00			
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Código dos Contratos Públicos - Revisto	18-12-2017	300,00			22-12-2017	300,00			300,00			
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas	05-12-2017	192,00			22-12-2017	192,00			192,00			
BPN IMOFUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.	Renda de instalações - Porto	01-04-2013	487 919,50			07-06-2013	94 807,15			448 281,75			
SCHMEISS - Portaria n.º 278/2012	Renda de instalações - Lisboa	01-01-2017	26 796,00			20-10-2017	26 796,00			26 796,00			
Imobiliária Azul e Branca	Condómino	01-01-2017	17 960,00			06-01-2017	17 960,00			17 960,00			
Águas do Porto, EM	Fornecimento de água	01-01-2017	1 376,98			09-01-2017	1 312,23			1 312,23			
Crowe Horwarth Portugal	Fiscal Único Cf. Despacho Conjunto n.º 3378/2013 de 28 de janeiro (Finanças e e Seg.Social)	04-03-2013	68 207,40			30-12-2013	13 641,48			65 933,82			
Quiosque - Natalina Carneiro, Venda de Jornais e Revistas	Aquisição de Jornais	01-01-2017	1 499,60			31-01-2017	1 499,60			1 499,60			
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Aquisição de Bens de Consumo	28-02-2017	83,93			28-02-2017	83,93			83,93			
MCH - Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Aquisição de Bens de Consumo	14-12-2017	4,27			14-12-2017	4,27			4,27			
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais (fora do Pré-Pago)	01-01-2017	11,79			12-01-2017	11,79			11,79			
Auchan Portugal Hipermercados, S.A.	Aquisição de uma ficha tripla	28-02-2017	4,79			28-02-2017	4,79			4,79			
Galigest - Gestão de Áreas de Serviço, S.A.	Aquisição de Combustível	27-09-2017	61,23			27-09-2017	61,23			61,23			
Palma de Carvalho - Ind. e Com. de Automóveis	Lavagem da viatura 45-73-XB	27-09-2017	15,01			27-09-2017	15,01			15,01			
Leroy Merlin Portugal - Sociedade de Bricolage S.A.	Aquisição de Régua/Junção	25-01-2017	0,79			25-01-2017	0,79			0,79			
Aquário - Comércio de Eletrónica, Lda.	Aquisição de Lâmpadas LED	18-01-2017	43,28			18-01-2017	43,28			43,28			
Electro Situz - Artigos Eléctricos e Electrodomésticos, S.A.	Aquisição de Lâmpadas LED	09-01-2017	4,00			09-01-2017	4,00			4,00			
Rádio Popular - Electrodomésticos, S.A.	Aquisição de um tapete para rato de computador	28-02-2017	7,99			28-02-2017	7,99			7,99			
Ságies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.	Despesa por falta ao exame	24-02-2017	12,00			24-02-2017	12,00			12,00			
Luirama - Comércio de Equipamentos de Escritório e Afins, Lda	Aquisição de Pilhas	03-03-2017	1,11			03-03-2017	1,11			1,11			
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Aquisição de artigos de Limpeza	05-07-2017	91,60			05-07-2017	91,60			91,60			
Inditex - Industria de Diseño Textil S.A. (Zara Home)	Aquisição de chávenas de Café	31-08-2017	55,72			31-08-2017	55,72			55,72			
Marec - Espaço Casa, S.A.	Aquisição de um escurdouro de louça	31-08-2017	17,11			31-08-2017	17,11			17,11			
Simple Home - Unipessoal, Lda.	Aquisição de louça	31-10-2017	7,74			31-08-2017	7,74			7,74			
MCH - Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Aquisição de lâmpada p/ viatura da marca Peugeot com a matrícula 94-14-QC	30-11-2017	12,99			30-11-2017	12,99			12,99			
Doce Deleite	Aquisição de Bens de Consumo	14-12-2017	91,74			14-12-2017	91,74			91,74			
Escalatur - Viagens e Turismo, Unipessoal, Lda.	Serviços de Viagens, Transportes e Alojamentos	01-01-2017	3 376,85			24-02-2017	3 376,85			3 376,85			
Sporting Clube de Portugal - Avalade XXI	Estacionamento do veículo Peugeot com a matrícula 94-14-QC	31-01-2017	3,90			31-01-2017	3,90			3,90			
Parque do Chiado Fundimo	Estacionamento do veículo Peugeot com a matrícula 94-14-QC	31-01-2017	6,40			31-01-2017	6,40			6,40			
Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A.	Despesas com portagens	31-01-2017	2 275,15			31-01-2017	2 275,15			2 275,15			
Transportes Intermodais do Porto, ACE	Despesas com a aquisição de Bilhetes	09-01-2017	162,60			09-01-2017	162,60			162,60			
Esil - Parques de Estacionamento, S.A.	Estacionamento do veículo Peugeot com a matrícula 94-14-QC	28-02-2017	5,00			28-02-2017	5,00			5,00			
EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.	Serviço de estacionamento dos veículos Peugeot com a matrícula 94-14-QC e Ford de matrícula 51-92-ZI	27-03-2017	213,10			27-03-2017	213,10			213,10			
CentroGlass - Comercialização e Aplicação de Vidros em Viaturas, Lda.	Reparação do Para-Brisas do veículo Peugeot de matrícula 94-14-QC	30-06-2017	55,35			30-06-2017	55,35			55,35			
GCC Lisboa - Gestão de Condomínios de Centros Comerciais, Lda	Estacionamento do veículo Peugeot com a matrícula 94-14-QC	31-07-2017	7,10			31-07-2017	7,10			7,10			
Parque Campanhã - Mediata G. Estacionamento, S.A.	Estacionamento	26-05-2017	21,00			26-05-2017	21,00			21,00			
Tribunal de Contas	Emolumentos relativos à entrega de uma Conta de Gerência	26-07-2017	1 716,40			26-07-2017	1 716,40			1 716,40			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	Publicação de um ato no Diário da República	03-10-2017	30,44			03-10-2017	30,44			30,44			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	Publicação de um ato no Diário da República	13-11-2017	55,28			13-11-2017	55,28			55,28			
Imprensa Nacional da Casa da Moeda	Publicação de um ato no Diário da República	19-12-2017	15,22			19-12-2017	15,22			15,22			
UPS of Portugal-Transportes Internacionais de Mercadorias-Sociedade Unipessoal, Lda.	Serviço de transporte	26-10-2017	40,52			26-10-2017	40,52			40,52			
Ságies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.	Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho - Nova Admissão	26-10-2017	53,00			26-10-2017	53,00			53,00			
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	Pagamento de taxas de Justiça	19-09-2017	275,40			19-09-2017	275,40			275,40			
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	Pagamento de taxas de Justiça	04-10-2017	550,50			04-10-2017	550,50			550,50			
Tribunal de Contas	Emolumentos relativos à entrega de uma Conta de Gerência	27-11-2017	17 164,00			27-11-2017	17 164,00			17 164,00			
Porto Palácio Hotel, S.A.	Representação dos serviços	29-12-2017	41,00			29-12-2017	41,00			41,00			
Fátula Andante - Táxi Lda	Serviço de Táxi	24-02-2017	11,95			24-02-2017	11,95			11,95			
Auto Táxis Perna de Pau, Lda	Serviço de Táxi	24-02-2017	8,75			24-02-2017	8,75			8,75			
Auto Táxis José Rodrigues e Isabel Lopes, Lda.	Serviço de Táxi	27-03-2017	5,00			27-03-2017	5,00			5,00			
Auto Táxis Ferfanti, Lda	Serviço de Táxi	27-03-2017	7,05			27-03-2017	7,05			7,05			
Táxi Receita VIP	Serviço de Táxi	27-03-2017	7,00			27-03-2017	7,00			7,00			
Auto Táxis Fontão, Lda	Serviço de Táxi	26-05-2017	6,55			26-05-2017	6,55			6,55			
Táxis Neiva & Barbosa, Lda	Serviço de Táxi	26-05-2017	10,25			26-05-2017	10,25			10,25			
	<b>A Transportar...</b>						<b>708 241,30</b>						



SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – Continuação

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	
	Transporte...						708 241,30						
Táxis Vilandre, Lda	Serviço de Táxi	26-07-2017	6,55			26-07-2017	6,55			6,55			
Táxis Mendes & Silva Lda	Serviço de Táxi	26-07-2017	8,65			26-07-2017	8,65			8,65			
Cristina Miguel Unipessoal, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	8,55			27-09-2017	8,55			8,55			
Onda Escaldante - Serviços de Táxi, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	6,15			27-09-2017	6,15			6,15			
Ribeiro da Silva, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	7,05			27-09-2017	7,05			7,05			
Auto Táxis Costa Gomes, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	6,00			27-09-2017	6,00			6,00			
Táxi Valmourão, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	6,65			27-09-2017	6,65			6,65			
Táxis Helvético Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	6,00			27-09-2017	6,00			6,00			
Auto Táxis Vieira, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	7,75			27-09-2017	7,75			7,75			
Proftáxis, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	5,00			27-09-2017	5,00			5,00			
Grande Partida Unip., Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	9,00			27-09-2017	9,00			9,00			
João & Rolando, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	6,00			27-09-2017	6,00			6,00			
Auto Táxis Central Unhais da Serra, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	7,50			27-09-2017	7,50			7,50			
Serafim Vieira Neves & Cª, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	7,00			27-09-2017	7,00			7,00			
Auto Táxi Fonseca Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	7,00			27-09-2017	7,00			7,00			
Adelino Vaz Táxis Unipessoal, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	7,35			27-09-2017	7,35			7,35			
Auto Táxis do Rego, Lda.	Serviço de Táxi	27-09-2017	8,00			27-09-2017	8,00			8,00			
Danhaval Táxis, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2017	7,00			27-09-2017	7,00			7,00			
Armando Gonçalves & Silva, Lda.	Serviço de Táxi	27-11-2017	6,00			27-11-2017	6,00			6,00			
Yellow CAB - Táxis, Lda	Serviço de Táxi	26-10-2017	43,65			26-10-2017	43,65			43,65			
Nuno & Filipe, Lda.	Serviço de Táxi	27-11-2017	6,00			27-11-2017	6,00			6,00			
Auto-Táxis Serrano & Lourenço, Lda	Serviço de Táxi	27-11-2017	7,55			27-11-2017	7,55			7,55			
José Oliveira Sousa dos Santos	Serviço de Táxi	27-11-2017	10,00			27-11-2017	10,00			10,00			
António Manuel Ribeiro Pereira	Serviço de Táxi	27-11-2017	12,00			27-11-2017	12,00			12,00			
Amândio & Joaquim, Lda	Serviço de Táxi	30-11-2017	6,00			30-11-2017	6,00			6,00			
Pires & Portela, Lda	Serviço de Táxi	30-11-2017	6,25			30-11-2017	6,25			6,25			
Gonçalves & Nunes, Lda	Serviço de Táxi	22-12-2017	6,00			22-12-2017	6,00			6,00			
Domingos Matos Ferreira, Lda	Serviço de Táxi	22-12-2017	8,00			22-12-2017	8,00			8,00			
Transportes Manuel Mateus, Herd, Lda	Serviço de Táxi	22-12-2017	6,65			22-12-2017	6,65			6,65			
Coche Real da Beira - Táxis, Lda	Serviço de Táxi	22-12-2017	7,05			22-12-2017	7,05			7,05			
Marques & Figueiredo Lda	Serviço de Táxi	22-12-2017	5,00			22-12-2017	5,00			5,00			
Penelas & Araújo Lda	Serviço de Táxi	22-12-2017	6,00			22-12-2017	6,00			6,00			
	<b>Total...</b>						<b>708 504,65</b>						

Formas de Contratação

FORMAS DE CONTRATAÇÃO

Tipo de Contrato (1)	Formas de Adjudicação														Total	
	Concurso Público		Concurso Limitado o/ Prévia Qualificação		Concurso Limitado c/ Apresentação Candidaturas		Concurso Limitado s/ Apresentação Candidaturas		Por Negociação c/ Publicação Prévia Anúncio		Por Negociação s/ Publicação Prévia Anúncio		Ajuste Direto			
	NºContr (2)	Valor (3)	NºContr (4)	Valor (5)	NºContr (6)	Valor (7)	NºContr (8)	Valor (9)	NºContr (10)	Valor (11)	NºContr (12)	Valor (13)	NºContr (14)	Valor (15)	NºContr (16)	Valor (17)
Locação																
Empreitada de Obras Públicas																
Gestão de Serviços Públicos																
Prestação de Serviços												150	1 912 660,73	150	1 912 660,73	
Aquisição de Bens												39	53 059,92	39	53 059,92	

8.3.4 – Transferências e Subsídios

Transferências de Capital – Despesa

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – DESPESA

Disposições Legais (1)	Transferências Orçamentais (2)	Transferências Autorizadas (3)	Transferências Efetuadas (4)	Transferências Autorizadas e Não Efetuadas (5)=(3)-(4)
Transferências para o FEFSS	997 400,40	997 400,40	997 400,40	0,00

Este valor corresponde a parte do saldo orçamental na posse do IGFCCS, IP a 31/12/2016, foi devolvido ao FEFSS com base no disposto no nº1 do artigo 48º da Lei nº 91/2001 de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº 41/2014, de 10 de julho, em conjugação com o artigo 4º do Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril e o artigo 77º do Decreto-Lei nº 25/2017 de 3 de março.

### Transferências Correntes – Receita

Transferências destinadas ao financiamento das despesas correntes, conforme descrito na nota 8.2.39.7

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA		
Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas
Transferências Correntes Obtidas		
FEFSS	3 122 491,00	2 182 500,00

### Transferências de Capital – Receita

Transferências destinadas ao financiamento das despesas de capital, provenientes do FEFSS de acordo com o Orçamento aprovado.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – RECEITA		
Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas
Transferências do FEFSS	235 000,00	117 500,00



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.411.313 euros e um total de fundos próprios de 0 euros, incluindo um resultado líquido de 0 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 3.205.594 euros de despesa paga e um total de 3.510.803 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

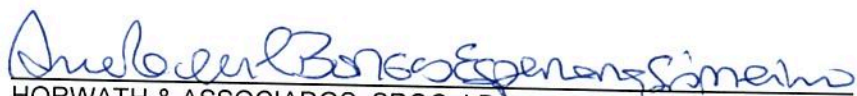
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**  
**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 19 de abril de 2018



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao  
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida, e os documentos de prestação de contas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. ("Instituto") relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho Diretivo do Instituto. Verificámos os procedimentos implementados e os elementos de suporte utilizados pelo Instituto para a avaliação dos activos que compõem o património dos fundos: Fundo de Certificados de Reforma e do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Acompanhámos a evolução da atividade e os negócios do Instituto, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho Diretivo e dos diversos serviços do Instituto todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2017, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o respetivo Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do período de 2017 preparado pelo Conselho Diretivo do Instituto.

Conforme referido na nota 8.2.31 do Anexo às demonstrações financeiras, na sequência do relatório nº 29/2010 do Tribunal de Contas bem como do parecer nº 7/2012 do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República relativo à suspensão de algumas componentes remuneratórias, o Instituto solicitou formalmente a reposição dos valores pagos indevidamente no passado aos colaboradores. Adicionalmente, decorrente da interposição de processos judiciais por parte da maioria dos colaboradores, e tendo presente o princípio contabilístico da prudência, o Instituto constituiu uma provisão de cerca de 175.577 euros (2016: 147.849 euros) referente à possível responsabilidade pelo pagamento daquelas componentes remuneratórias.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas.

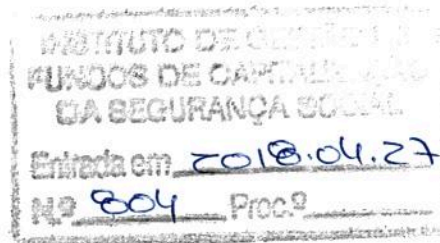
Desejamos ainda manifestar ao Conselho Diretivo e aos serviços do Instituto o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 19 de abril de 2018



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)



Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.

Avenida da Boavista, 1361 - 5.º  
4100 - 130 PORTO - Portugal

T. +351 22 099 60 83  
F. +351 22 099 76 96

www.gthornton.pt

# Relatório de Auditoria

## Relato sobre a auditoria das Demonstrações Financeiras

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. ("Instituto"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.411.313 euros e um total de fundos próprios de 0 euros, incluindo um resultado líquido de 0 euros), a demonstração dos resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 3.205.659 euros de despesa paga e um total de 3.510.803 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 19 de abril de 2018

  
Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Joaquim Filipe Martins de Moura Areosa (ROC n.º 1027)